



**Demonstrações Financeiras Intermediárias
Consolidadas Preparadas de Acordo com as Normas
de Contabilidade Internacional IFRS**

Banco Santander (Brasil) S.A.

30 de Setembro de 2015

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

ÍNDICE

Pág.

• Relatório sobre Revisão Limitada dos Auditores Independentes	1
• Balanços Patrimoniais Consolidados	3
• Demonstrações Consolidadas do Resultado	5
• Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente	7
• Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido	8
• Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa	9
• Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas	
Nota 1 Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e outras informações	10
Nota 2 Base para consolidação	15
Nota 3 Mudança no escopo de consolidação	15
Nota 4 Ativos financeiros	17
Nota 5 Ativos não correntes mantidos para vendas	18
Nota 6 Participações em coligadas e empreendimentos em conjuntos	18
Nota 7 Ativo tangível	21
Nota 8 Ativo intangível	21
Nota 9 Passivos financeiros	21
Nota 10 Provisões	24
Nota 11 Patrimônio líquido	27
Nota 12 Detalhamento de contas de resultado	29
Nota 13 Remuneração com base em ações	30
Nota 14 Segmentos operacionais	33
Nota 15 Transações com partes relacionadas	35
Nota 16 Outras divulgações	41
Nota 17 Informações complementares - Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido	49
ANEXO I Subsidiárias do Banco Santander (Brasil) S.A.	51
ANEXO II Relatório da Administração	53
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco") em 30 de setembro de 2015, as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações intermediárias consolidadas de acordo com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

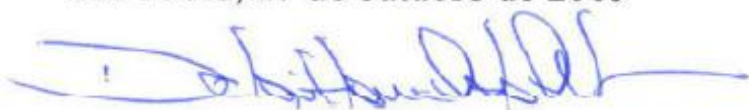


Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração consolidada do valor adicionado (“DVA”) mencionada na nota explicativa nº 16.g) como informação complementar, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de outubro de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVO	Nota Explicativa	30/09/2015	31/12/2014
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil		77.911.068	55.903.848
Ativos Financeiros para negociação	4-a	57.436.740	56.013.603
Instrumentos de dívida		37.156.010	47.106.811
Instrumentos de patrimônio		606.323	391.656
Derivativos	16-b	19.674.407	8.515.136
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	4-a	2.243.335	996.694
Instrumentos de dívida		1.437.438	93.900
Instrumentos de patrimônio		805.897	902.794
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	4-a	67.317.567	75.164.342
Instrumentos de dívida		66.189.430	73.510.698
Instrumentos de patrimônio		1.128.137	1.653.644
Investimentos Mantidos até o Vencimento	4-a & 16-a.4	10.416.005	-
Empréstimos e Recebíveis	4-a	318.259.751	264.607.746
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito		53.031.485	28.917.397
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	254.108.804	235.690.349
Instrumentos de dívida	4-a & 16-a.4	11.119.462	-
Derivativos Utilizados como <i>Hedge</i>	16-b	1.240.033	212.552
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	5	940.392	929.948
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	6	1.085.368	1.023.461
Créditos Tributários		34.185.927	23.019.696
Correntes		4.983.737	2.981.696
Diferidos		29.202.190	20.038.000
Outros Ativos		3.305.845	5.066.726
Ativo Tangível		6.771.202	7.071.036
Ativo Intangível		30.044.709	30.221.258
Ágio	8-a	28.369.919	28.270.955
Outros ativos intangíveis	8-b	1.674.790	1.950.303
Total do Ativo		611.157.942	520.230.910

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	30/09/2015	31/12/2014
Passivos Financeiros para Negociação	9-a	44.189.768	19.569.791
Derivativos	16-b	27.719.864	8.284.360
Posições vendidas		16.469.904	11.285.431
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	9-a	458.795.394	392.186.593
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito		80.264.541	63.674.201
Depósitos de clientes		244.564.492	220.644.019
Obrigações por títulos e valores mobiliários		94.296.697	70.355.249
Dívidas subordinadas		7.818.148	7.294.077
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		10.043.077	6.773.312
Outros passivos financeiros		21.808.439	23.445.735
Derivativos Utilizados como Hedge	16-b	2.371.278	893.902
Provisões	10-a	11.013.089	11.127.444
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares		2.500.305	3.869.728
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões		8.512.784	7.257.716
Passivos Fiscais	10-b.1	5.719.451	12.423.002
Correntes		4.873.085	12.110.582
Diferidos		846.366	312.420
Outras Obrigações		6.904.022	5.346.885
Total do Passivo		528.993.002	441.547.617
Patrimônio Líquido	11	85.102.108	80.105.041
Capital social		57.000.000	56.806.384
Reservas		24.683.965	20.594.135
Ações em tesouraria		(621.529)	(445.501)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		(1.017.000)	(950.000)
Lucro do período atribuível à controladora		8.256.672	5.630.023
Menos: dividendos e remuneração		(3.200.000)	(1.530.000)
Outros Resultados Abrangentes		(3.353.048)	(1.801.921)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		81.749.060	78.303.120
Participações não-Controladoras		415.880	380.173
Total do Patrimônio Líquido		82.164.940	78.683.293
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		611.157.942	520.230.910

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto valores por ação

	Nota Explicativa	01/7 a 30/09/2015	01/7 a 30/09/2014	01/1 a 30/09/2015	01/1 a 30/09/2014
Receitas com juros e similares		18.729.053	15.110.049	51.915.971	43.028.449
Despesas com juros e similares		(10.972.711)	(8.565.607)	(27.512.630)	(22.574.683)
Receita Líquida com Juros		7.756.342	6.544.442	24.403.341	20.453.766
Receitas de instrumentos de patrimônio		15.268	36.582	95.881	173.424
Resultado de equivalência patrimonial	6-b	26.002	30.747	81.953	67.575
Receitas de tarifas e comissões		3.216.623	3.073.559	9.598.916	8.343.362
Despesas de tarifas e comissões		(818.275)	(871.411)	(2.647.755)	(2.067.279)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		(10.721.368)	1.928.525	(17.756.686)	2.319.150
Ativos financeiros para negociação		(10.625.091)	1.583.466	(17.428.217)	1.916.506
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		111.369	8.116	(34.652)	46.694
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(214.788)	332.102	(305.817)	350.691
Outros		7.142	4.841	12.000	5.259
Variações cambiais (líquidas)		2.754.665	(2.806.469)	6.220.274	(2.254.625)
Outras receitas (despesas) operacionais		11.554	(116.405)	(193.940)	(373.169)
Total de Receitas		2.240.811	7.819.570	19.801.984	26.662.204
Despesas administrativas	12	(3.633.326)	(3.519.919)	(10.525.596)	(10.168.085)
Despesas com pessoal		(1.986.982)	(1.803.549)	(5.673.945)	(5.255.390)
Outras despesas administrativas		(1.646.344)	(1.716.370)	(4.851.651)	(4.912.695)
Depreciação e amortização		(358.961)	(371.132)	(1.166.666)	(989.053)
Ativo tangível		(266.237)	(237.775)	(781.024)	(625.361)
Ativo intangível		(92.724)	(133.357)	(385.642)	(363.692)
Provisões (líquidas)		(1.061.522)	(643.877)	(3.181.916)	(1.399.302)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(3.135.395)	(2.825.129)	(9.267.909)	(8.540.861)
Empréstimos e recebíveis	4-b.2	(3.135.395)	(2.818.078)	(9.084.787)	(8.540.681)
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		-	(7.051)	(183.122)	(180)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(299.471)	8.506	(1.242.949)	11.480
Outros ativos intangíveis		(309.100)	333	(685.632)	(1.572)
Outros ativos		9.629	8.173	(557.317)	13.052
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		753.941	49.307	780.838	75.824
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		8.120	5.887	74.494	10.591
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes da Tributação		(5.485.803)	523.213	(4.727.720)	5.662.798
Impostos sobre renda		7.203.088	799.802	13.014.702	(1.383.523)
Lucro Líquido Consolidado do Período		1.717.285	1.323.015	8.286.982	4.279.275
Lucro atribuível à Controladora		1.691.369	1.312.905	8.256.672	4.220.764
Lucro atribuível às participações não-controladoras		25.916	10.110	30.310	58.511

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto valores por ação

	Nota Explicativa	01/7 a 30/09/2015	01/7 a 30/09/2014	01/1 a 30/09/2015	01/1 a 30/09/2014
Lucro por Ação (em Reais)					
Lucro básico por 1.000 ações (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		213,91	157,45	1.043,46	517,74
Ações preferenciais		235,30	173,20	1.147,81	569,51
Lucro diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		213,86	152,29	1.043,25	517,58
Ações preferenciais		235,25	167,52	1.147,57	569,34
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		821.181	605.350	4.007.646	1.994.544
Ações preferenciais		870.188	641.835	4.249.026	2.118.308
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		821.178	605.948	4.007.630	1.994.533
Ações preferenciais		870.191	641.237	4.249.042	2.118.319
Média Ponderada das ações em circulação - básico					
Ações ordinárias		3.838.938	3.844.669	3.840.722	3.852.415
Ações preferenciais		3.698.215	3.705.809	3.701.862	3.719.509
Média Ponderada das ações em circulação - diluído					
Ações ordinárias		3.839.717	3.978.952	3.841.501	3.853.588
Ações preferenciais		3.698.994	3.827.884	3.702.641	3.720.682

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais

	01/7 a 30/09/2015	01/7 a 30/09/2014	01/1 a 30/09/2015	01/1 a 30/09/2014
Lucro Líquido Consolidado do Período	1.717.285	1.323.015	8.286.982	4.279.275
Outros Resultados Abrangentes que serão Reclassificados para Lucro Líquido:	(2.067.839)	17.320	(2.415.003)	873.219
Ativos financeiros disponíveis para venda	(2.031.267)	(129.266)	(2.336.528)	669.111
Ajuste ao valor de mercado	(3.320.716)	(194.673)	(3.620.130)	1.103.312
Valores transferidos para a conta de resultado	111.369	(29.846)	(34.652)	(48.435)
Impostos sobre renda	1.178.080	95.253	1.318.254	(385.766)
Hedges de fluxo de caixa	(36.571)	146.586	(78.475)	204.108
Ajuste ao valor de mercado	(127.996)	256.421	(298.682)	336.019
Valores transferidos para a conta de resultado	36.346	-	107.851	1.829
Impostos sobre renda	55.079	(109.835)	112.356	(133.740)
Hedge de investimento líquido	(763.765)	(60.942)	(944.182)	98.944
Hedge de investimento líquido	(1.272.941)	(101.569)	(1.573.637)	164.907
Impostos sobre renda	509.176	40.627	629.455	(65.963)
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	763.764	60.942	944.182	(98.944)
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	763.764	60.942	944.182	(98.944)
Outros Resultados Abrangentes que não serão Reclassificados para Lucro Líquido:	634.881	2.996	863.876	1.773
Planos de Benefícios Definidos	634.881	2.996	863.876	1.773
Planos de Benefícios Definidos	1.004.500	4.430	1.383.486	3.395
Impostos sobre renda	(369.619)	(1.434)	(519.610)	(1.622)
Total do Resultado Abrangente	284.327	1.343.331	6.735.855	5.154.267
Atribuível à controladora	258.411	1.330.225	6.705.545	5.095.756
Atribuível às participações não-controladoras	25.916	13.106	30.310	58.511
Total	284.327	1.343.331	6.735.855	5.154.267

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora												Outros Resultados Abrangentes		
	Nota Explicativa	Capital social	Reservas	Ações em tesouraria	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	Lucro atribuído à Controladora	Dividendos e remuneração	Total patrimônio líquido	Ativos financeiros disponíveis para venda	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento	Participações não-controladoras	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2013		62.634.585	17.673.134	(291.707)	-	5.723.494	(2.400.000)	83.339.506	(471.947)	(1.332.261)	702.168	(871.265)	81.366.201	289.101	81.655.302
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	4.220.764	-	4.220.764	669.111	1.773	(98.944)	303.052	5.095.756	58.511	5.154.267
Apropriação do lucro líquido		-	5.723.494	-	-	(5.723.494)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	(2.400.000)	-	-	-	1.560.000	(840.000)	-	-	-	-	(840.000)	-	(840.000)
Pagamento baseado em ações		-	535	-	-	-	-	535	-	-	-	-	535	-	535
Ações em tesouraria		-	-	(75.365)	-	-	-	(75.365)	-	-	-	-	(75.365)	-	(75.365)
Resultados de ações em tesouraria		-	(5.360)	-	-	-	-	(5.360)	-	-	-	-	(5.360)	-	(5.360)
Reestruturação do Capital		(5.828.201)	(185.310)	(32)	-	-	-	(6.013.543)	-	-	-	-	(6.013.543)	-	(6.013.543)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		-	-	-	(950.000)	-	-	(950.000)	-	-	-	-	(950.000)	-	(950.000)
Outros		-	(14.970)	-	-	-	-	(14.970)	-	-	-	-	(14.970)	63.083	48.113
Saldos em 30 de setembro de 2014		56.806.384	20.791.523	(367.104)	(950.000)	4.220.764	(840.000)	79.661.567	197.164	(1.330.488)	603.224	(568.213)	78.563.254	410.695	78.973.949
Saldos em 31 de dezembro de 2014		56.806.384	20.594.135	(445.501)	(950.000)	5.630.023	(1.530.000)	80.105.041	73.292	(1.881.350)	701.987	(695.850)	78.303.120	380.173	78.683.293
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	8.256.672	-	8.256.672	(2.336.528)	863.876	944.182	(1.022.657)	6.705.545	30.310	6.735.855
Apropriação do lucro líquido		-	5.630.023	-	-	(5.630.023)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11-b	-	(1.530.000)	-	-	-	(1.670.000)	(3.200.000)	-	-	-	-	(3.200.000)	-	(3.200.000)
Pagamento baseado em ações	13-a.1	-	187.341	-	-	-	-	187.341	-	-	-	-	187.341	-	187.341
Ações em tesouraria	11-c	-	-	(175.990)	-	-	-	(175.990)	-	-	-	-	(175.990)	-	(175.990)
Resultados de ações em tesouraria		-	(3.918)	-	-	-	-	(3.918)	-	-	-	-	(3.918)	-	(3.918)
Reestruturação do Capital	11-d	-	-	(38)	-	-	-	(38)	-	-	-	-	(38)	-	(38)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	3-a	-	-	-	(67.000)	-	-	(67.000)	-	-	-	-	(67.000)	(240.000)	(307.000)
Outros	11-a	193.616	(193.616)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	245.397	245.397
Saldos em 30 de setembro de 2015		57.000.000	24.683.965	(621.529)	(1.017.000)	8.256.672	(3.200.000)	85.102.108	(2.263.236)	(1.017.474)	1.646.169	(1.718.507)	81.749.060	415.880	82.164.940

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras.

		01/1 a 30/09/2015	01/1 a 30/09/2014
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota Explicativa		
Lucro líquido consolidado do período		8.286.982	4.279.275
Ajustes ao lucro		(2.974.565)	9.286.324
Depreciação do ativo tangível		781.024	625.361
Amortização do ativo intangível		385.642	363.692
Perdas com outros ativos (líquidas)		1.242.949	(11.480)
Provisões e Perdas com ativos financeiros (líquidas)		12.449.825	9.940.163
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, investimentos e ativos não correntes mantidos para venda		(855.332)	(86.415)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	6-a	(81.953)	(67.575)
Mudanças nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos		(9.130.497)	(1.472.597)
Outros ⁽¹⁾		(7.766.223)	(4.825)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		(76.626.151)	(48.343.343)
Reservas no Banco Central do Brasil		(23.012.395)	(9.022.605)
Ativos financeiros para negociação		(1.423.137)	(22.778.803)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado		(1.429.763)	(230.700)
Ativos financeiros disponíveis para venda		6.930.918	192.579
Empréstimos e recebíveis		(44.565.586)	(16.557.624)
Outros ativos		(13.126.188)	53.810
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais		77.910.446	40.390.742
Passivos financeiros para negociação		24.619.977	3.990.460
Passivo financeiro ao custo amortizado		52.156.023	35.952.812
Outros passivos		1.134.446	447.470
Impostos pagos		(528.748)	(353.147)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)		6.067.964	5.259.851
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(1.251.636)	(1.123.395)
Aumento/Aquisição de Capital de Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto		-	(2.270)
Ativo tangível	7	(566.378)	(695.561)
Ativo intangível		(685.258)	(425.564)
Alienação		1.286.039	(989.118)
Caixa líquido recebido na alienação de subsidiária		857.830	50.437
Aquisição de Controlada, menos caixa líquido na aquisição		59	(1.085.470)
Ativo tangível		58.074	102.794
Ativos não correntes mantidos para venda		321.506	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		48.570	(56.879)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)		34.403	(2.112.513)
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição de ações próprias		(176.028)	(88.910)
Reestruturação de capital	11-d	-	(6.000.000)
Emissão de Instrumentos de dívida elegíveis a capital	11-d	-	6.000.000
Emissão de outros passivos exigíveis a longo prazo	9-b.3	60.353.823	35.206.951
Dividendos pagos e juros sobre capital próprio		(963.302)	(2.087.761)
Pagamentos de dívida subordinada	9-b.4	(216.075)	(2.298.809)
Pagamentos de outros passivos exigíveis a longo prazo	9-b.3	(48.686.197)	(34.374.157)
Pagamentos Instrumentos de dívida elegíveis a capital	9-b.5	(506.326)	(218.831)
Aumento (Decréscimo) em participações não-controladoras		245.397	63.082
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)		10.051.292	(3.798.435)
Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades (1+2+3)		16.153.659	(651.097)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		23.399.970	37.988.003
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		39.553.629	37.336.906
Componentes do caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades		8.780.838	3.544.206
Empréstimos e outros valores		30.772.791	33.792.700
Total de caixa e equivalentes de caixa		39.553.629	37.336.906
Transações não monetárias			
Execuções de empréstimos e outros ativos transferidos para ativos não correntes mantidos para venda		136.274	436.081
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos	11-b	3.050.000	220.000
Informações complementares			
Juros recebidos		51.066.822	42.811.388
Juros pagos		26.851.896	22.083.303

(1) Em setembro de 2015, inclui, principalmente, o efeito mencionado na nota 10.b-1.

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e por intermédio de empresas controladas desenvolve suas operações em dois segmentos (nota 14): Banco Comercial e Banco de Atacado Global, os quais operam com as carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento e de câmbio, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, cartões de crédito e corretagem de valores mobiliários e administração de consórcios. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas para o período findo em 30 de setembro de 2015 na reunião realizada em 27 de outubro de 2015.

b) Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas de acordo com o IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (Atual denominação do IFRIC) (IFRS).

De acordo com o IAS 34, as informações financeiras intermediárias destinam-se somente a fornecer uma atualização do conteúdo das últimas demonstrações financeiras consolidadas autorizadas para emissão, com foco em novas atividades, eventos e circunstâncias ocorridas no período, em vez de duplicar informações relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas anteriormente apresentadas. Consequentemente, essas demonstrações financeiras intermediárias não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IFRS, conforme emitido pelo IASB, assim sendo para obter o devido entendimento das informações incluídas nessas demonstrações financeiras intermediárias, as mesmas devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As mesmas políticas e os métodos de cálculo são seguidos nas demonstrações financeiras intermediárias quando comparadas as demonstrações financeiras anuais mais recentes.

Adoção de novas normas e interpretações

O Banco adotou as normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015. A seguinte norma e interpretação é aplicável ao Banco e não teve efeito sobre as demonstrações financeiras:

- IAS 19 (R1) – Benefícios aos empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 30 de Setembro de 2015

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em seu formato final em julho de 2014 e com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2018 (permitida aplicação antecipada), substituirá em sua plenitude o IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 apresenta diferenças significativas com relação à:

I. Classificação e mensuração: Com a classificação de ativos financeiros baseada no modelo de negócios em que tal ativo é mantido e nos fluxos de caixa contratuais deste ativo. Desta forma, foram definidas três categorias de ativos financeiros, sendo elas “custo amortizado”, “valor justo através de outros resultados abrangentes” e “valor justo através do resultado”. Para os passivos financeiros a principal alteração introduzida afeta a opção ao valor justo, em que a mudança no valor justo do passivo financeiro atribuível ao risco de crédito próprio da entidade deve ser registrada em linhas destacadas do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

II. Metodologia de impairment: Com a introdução do conceito de reconhecimento da perda de crédito esperada para o instrumento financeiro desde seu reconhecimento inicial, com posteriores alterações na provisão conforme mensurações subsequentes da expectativa de perda de crédito. Deste modo, não é mais necessário que ocorra o evento de perda para que a provisão seja reconhecida (conforme definido no IAS 39). Os conceitos introduzidos pela norma devem ser aplicados apenas para as categorias “custo amortizado” e “valor justo através de outros resultados abrangentes”.

III. Contabilidade de hedge: Com a inclusão de requerimentos que aproximam mais a contabilidade de *hedge* do gerenciamento de riscos da entidade, com uma abordagem baseada em princípios, que apontou assim as principais inconsistências e fraquezas do IAS 39. Os três métodos de contabilização de hedge existentes na norma aplicada atualmente são mantidos (que são: hedge de fluxo de caixa, hedge do valor justo e hedge de investimentos líquidos em operações no exterior).

A adoção do IFRS acima mencionado terá efeito sobre as demonstrações financeiras consolidadas no que se refere à atual classificação em categorias dos instrumentos financeiros e à atual metodologia de mensuração de impairment, que é baseada no reconhecimento da perda a partir do evento de crédito ocorrido.

- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. A norma em IFRS especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes.

Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Será aplicável para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações da IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas – Estas alterações permitem o uso do método da equivalência patrimonial como uma opção nas demonstrações financeiras individuais de uma entidade para a contabilização de investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

Alterações das IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento em conjunto – Estas alterações estabelecem que um ganho ou perda deve ser reconhecido pelo seu montante integral quando a transação envolve ativos que constituem um negócio (se o negócio está alojado em uma subsidiária ou não). Quando a transação envolve ativos que não constituam um negócio, um ganho ou perda parcial é reconhecida, mesmo que esses ativos estejam registrados em uma subsidiária. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as estimativas são feitas pela administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

As principais estimativas foram discutidas detalhadamente nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012. No período findo em 30 de setembro de 2015, não ocorreram variações significativas nas estimativas feitas no final do exercício de 2014, além das indicadas nessas demonstrações financeiras intermediárias.

d) Provisões, ativos e passivos contingentes

A nota explicativa 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 inclui informações sobre os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2014 e 30 de setembro de 2015, data da preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

e) Informações comparativas

Estas demonstrações financeiras intermediárias incluem o período intercalar comparável 30 de setembro de 2014 para as demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, das demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e das demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa. O balanço patrimonial consolidado é comparativo com o exercício de 31 de dezembro de 2014.

f) Sazonalidade das transações do Banco

Considerando as atividades em que o Banco e empresas controladas se envolvem, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nessas notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.

g) Relevância

O Banco, ao determinar as divulgações a serem feitas sobre os diversos itens das demonstrações financeiras ou outros assuntos, de acordo com o IAS 34, levou em consideração sua relevância em relação às demonstrações financeiras intermediárias. (Nota 16-a)

h) Demonstrações consolidadas do fluxo de caixa

Ao preparar as demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores e com vencimento original inferiores a noventa dias foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". O Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos registrados nos itens "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil" e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no balanço patrimonial consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, basicamente, às atividades operacionais do Banco Santander.

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das principais entidades e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

j) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de “Notes” deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente a emissão desses instrumentos encontram-se descritos na nota 9.b-5 e 11.d.

k) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

Técnicas de avaliação

Mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração.

Nível 1: Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Nível 2: Mensuração do valor justo são os derivados de outros insumos além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos financeiros para negociação, Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado, Ativos financeiros disponíveis para venda e Passivos financeiros para negociação.

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, principalmente, por derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em milhares de Reais				30/09/2015
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros para negociação	51.228.361	6.202.666	5.713	57.436.740
Instrumentos de dívida	36.467.035	688.975	-	37.156.010
Instrumentos de patrimônio	392.793	207.817	5.713	606.323
Derivativos	14.368.533	5.305.874	-	19.674.407
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.363.823	262.865	616.647	2.243.335
Instrumentos de dívida	1.348.575	88.863	-	1.437.438
Instrumentos de patrimônio	15.248	174.002	616.647	805.897
Ativos financeiros disponíveis para venda	55.039.223	11.446.937	831.407	67.317.567
Instrumentos de dívida	54.799.897	11.389.533	-	66.189.430
Instrumentos de patrimônio	239.326	57.404	831.407	1.128.137
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	1.235.956	4.077	-	1.240.033
Passivos financeiros para negociação	40.498.572	3.691.196	-	44.189.768
Derivativos	24.028.668	3.691.196	-	27.719.864
Posições vendidas	16.469.904	-	-	16.469.904
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	2.292.692	78.586	-	2.371.278

Em milhares de Reais				31/12/2014
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros para negociação	53.609.580	2.394.494	9.529	56.013.603
Instrumentos de dívida	46.491.597	615.213	-	47.106.810
Instrumentos de patrimônio	293.634	88.493	9.529	391.656
Derivativos	6.824.349	1.690.788	-	8.515.137
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	18.091	227.172	751.431	996.694
Instrumentos de dívida	-	93.900	-	93.900
Instrumentos de patrimônio	18.091	133.272	751.431	902.794
Ativos financeiros disponíveis para venda	55.258.281	19.328.573	577.488	75.164.342
Instrumentos de dívida	54.380.246	19.130.453	-	73.510.699
Instrumentos de patrimônio	878.035	198.120	577.488	1.653.643
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	128.106	84.446	-	212.552
Passivos financeiros para negociação	18.308.961	1.260.830	-	19.569.791
Derivativos	7.023.531	1.260.830	-	8.284.361
Posições vendidas	11.285.430	-	-	11.285.430
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	808.953	84.949	-	893.902

A tabela a seguir demonstra as movimentações ocorridas durante o período de 31 de dezembro de 2014 e o terceiro trimestre de 2015 para o nível 3:

Em milhares de Reais	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências para Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo em
					30/09/2015
Ativos financeiros para negociação	9.530	(488)	-	(3.329)	5.713
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	751.430	(134.783)	-	-	616.647
Ativos financeiros disponíveis para venda	577.489	3.643	263.500	(13.225)	831.407

Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

Operações de hedge

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como *hedge*); e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

- a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).
- b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).
- c. O investimento líquido em uma operação no exterior (“*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior”).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:

- a. Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente efetivo (“efetividade prospectiva”).
- b. Há prova suficiente de que o *hedge* foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (“efetividade retrospectiva”).

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas da seguinte forma:

- a. Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- b. Em *hedges* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros resultados abrangentes - *Hedges* de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto que, se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.
- c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de *hedge* relativos a *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo para negociação.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é eliminada, os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando *hedges* de fluxo de caixa são eliminados, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros resultados abrangentes” (desde o período em que o *hedge* se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda cumulativo é reconhecido imediatamente no resultado.

I) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em lei da Medida Provisória 675/2015).

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativo fiscal inclui o valor de todos os ativos fiscais, classificados como “Correntes” - valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses - e “Diferidos” - valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como “Correntes” - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses - e “Diferidos” - valor do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Em virtude da alteração da alíquota da CSLL, as empresas do grupo fizeram a remensuração de seus créditos tributários e passivos diferidos pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros e está fundamentada em estudo técnico.

2. Base para consolidação

O Anexo I inclui informações relevantes sobre as entidades consolidadas. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 6.

3. Mudança no escopo de consolidação

a) Acordo de investimento entre o Banco Santander e o Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

Em 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Banco Bonsucesso Consignado).

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Bacen, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Banco Bonsucesso Consignado, com 60% do capital social total e votante, através de um aporte de R\$460 milhões. O Banco Bonsucesso permaneceu com a parcela remanescente do capital social (40%).

A alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA) demonstrada abaixo foi feita em bases estimadas e poderá ser atualizada dentro do período de mensuração (12 meses após a conclusão da operação).

Resumo dos valores apurados:

Aumento de capital pela Aymore CFI	460.000
(+) Participação não controladoras ⁽¹⁾	240.000
(-) Ativos líquidos a valor justo ⁽²⁾	(600.000)
Ágio	100.000

(1) Participações não-Controladoras foram inicialmente mensuradas em R\$240 milhões (valor proporcional dos ativos líquidos identificáveis reconhecidos da investida).

(2) Inclui o aporte de capital no valor de R\$ 460 milhões feito pela Aymore CFI.

Balanço Patrimonial Resumido em 31 de Janeiro de 2015

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	121.468
Empréstimos e Recebíveis	508.147
Outros Ativos	374.151
Total do Ativo	1.003.766
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	466.162
Outras Obrigações	397.604
Patrimônio Líquido	140.000
Total do Passivo	1.003.766

O Banco Bonsucesso Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas controladas para a oferta de crédito consignado no Brasil, devendo consolidar as carteiras de crédito consignado existentes no Banco Santander e no Banco Bonsucesso, nos termos da associação. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

No contexto da operação, foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Banco Bonsucesso de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto as ações detidas pelo Banco Bonsucesso, equivalentes a 40% do capital total desta empresa. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro por valor total de R\$307 milhões pelo compromisso assumido em relação a opção de venda, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$67 milhões e Participações não-Controladoras, no montante de R\$240 milhões.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) (atual denominação social da Santander Getnet)

Em 7 de abril de 2014, o Banco Santander comunicou ao mercado a compra da empresa Getnet ("Transação"), por meio de sua controlada SGS, parceira do Banco Santander no desenvolvimento das atividades de adquirência e processamento de pagamentos via cartões de débito e crédito.

Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da SGS no valor de R\$1.173.503, passando dos atuais R\$16.000 para R\$1.189.503, mediante a emissão de 53.565.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$1.156.263 em moeda corrente nacional e R\$17.240 mediante conferência a valor contábil, pelo Banco Santander das 5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ao capital social da SGS, elevando assim a participação do Banco Santander na Getnet S.A. de 50,0% para 88,5%.

Em 31 de julho de 2014, a SGS adquiriu a totalidade das ações de emissão da Getnet S.A. O valor da aquisição correspondeu a R\$1.156,3 milhões (R\$1.089,1 milhões pagos e R\$67,2 milhões a pagar) sendo que o ativo intangível foi estimado em R\$1.064,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, com a conclusão do estudo da alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA), o ativo intangível totalizou R\$1.039,3 milhões.

De acordo com o IFRS 3 - Combinação de Empresas, reflete os ajustes contábeis de compra determinados na data de aquisição, com base no acervo contábil em 31 de julho de 2014, que correspondeu a uma mais valia no ativo imobilizado no montante de R\$48.882. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$74.064.

A contabilização inicial do PPA foi feita, conforme resumo abaixo:

Resumo dos valores apurados:

Patrimônio Líquido 31-07-14	42.895
Mais valia ⁽¹⁾	74.064
Valor contábil ajustado	116.959
Preço de compra	1.156.263
Ágio	1.039.304

(1) Registrado na rubrica Ativo Tangível.

Na AGE realizada em 31 de agosto de 2014, foi aprovada a incorporação da Getnet pela SGS, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Protocolo) de 29 de agosto de 2014 (Incorporação).

A implementação da Incorporação representa uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações de captura e processamento das atividades de meios de pagamento do Grupo Santander no Brasil, permitindo ainda a consolidação para todos os fins comerciais, contábeis e financeiros.

Pelo Protocolo, a Getnet S.A. recebeu pelo valor contábil a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Getnet no valor total de R\$42.895, a qual foi extinta e sucedida pela Getnet S.A. em todos os seus direitos e obrigações. Tendo em vista que a totalidade das ações de emissão da Getnet era de propriedade da Getnet S.A., não houve aumento do capital social da Getnet S.A. em decorrência da aprovação da Incorporação, de modo que o acervo líquido da Getnet foi registrado na Getnet S.A. em contrapartida da conta de investimentos.

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios minoritários da Getnet S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro pelo compromisso assumido, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$950 milhões.

Ainda no dia 31 de agosto de 2014, os acionistas da SGS aprovaram a alteração da denominação social da companhia para Getnet S.A.

c) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Em 19 de junho de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

A operação está inserida no contexto de uma parceria estratégica global entre o Banco Santander Espanha e um grupo liderado por Warburg Pincus LLC na atividade de custódia qualificada na Espanha, no Brasil e no México.

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., no valor de R\$859 milhões, nos termos do informado ao mercado no dia 19 de junho de 2014.

A operação gerou um ganho de R\$ 750.550 antes dos impostos, registrado na rubrica Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

4. Ativos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil” e “Derivativos utilizados como *Hedge*”, em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está demonstrada abaixo:

	30/09/2015					
	Ativos financeiros para negociação	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos Mantidos até o Vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	-	53.031.485	53.031.485
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	53.204.678	53.204.678
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 4-b.2)	-	-	-	-	(173.193)	(173.193)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	254.108.804	254.108.804
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto ⁽¹⁾	-	-	-	-	269.364.745	269.364.745
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 4-b.2)	-	-	-	-	(15.255.941)	(15.255.941)
Instrumentos de dívida	37.156.010	1.437.438	66.189.430	-	11.119.462	115.902.340
Instrumentos de patrimônio	606.323	805.897	1.128.137	-	-	2.540.357
Derivativos	19.674.407	-	-	-	-	19.674.407
Investimentos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	10.416.005	-	10.416.005
Total	57.436.740	2.243.335	67.317.567	10.416.005	318.259.751	455.673.398

	31/12/2014					
	Ativos financeiros para negociação	Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis		Total
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	-	-	-	28.917.397		28.917.397
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	29.059.676		29.059.676
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 4-b.2)	-	-	-	(142.279)		(142.279)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	235.690.349		235.690.349
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto ⁽¹⁾	-	-	-	249.110.881		249.110.881
Perda de valor recuperável (<i>impairment</i>) (nota 4-b.2)	-	-	-	(13.420.532)		(13.420.532)
Instrumentos de dívida	47.106.811	93.900	73.510.698	-		120.711.409
Instrumentos de patrimônio	391.656	902.794	1.653.644	-		2.948.094
Derivativos	8.515.136	-	-	-		8.515.136
Total	56.013.603	996.694	75.164.342	264.607.746		396.782.385

(1) Em 30 de setembro de 2015, o saldo registrado em “Empréstimos e adiantamentos a clientes” referente as operações da carteira de crédito cedida é de R\$213.459 (31/12/2014 - R\$262.515), e R\$201.764 (31/12/2014 - R\$242.024) de “Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos”.

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme indicado na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Exceto no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em “Outros resultados abrangentes”.

Os débitos ou créditos em “Outros resultados abrangentes” provenientes das variações do valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração do valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros resultados abrangentes” e são reclassificados para a demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de setembro de 2015, o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (*impairment*). Consequentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em “Outros resultados abrangentes”. As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de outros resultados abrangentes.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.2) Empréstimos e recebíveis

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em “Empréstimos e recebíveis” nos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e de 2014 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Saldo no início do período	13.562.811	13.640.545
Provisão para perdas com ativos financeiros – Empréstimos e recebíveis	9.582.095	9.161.328
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(7.715.772)	(9.131.931)
Saldo no final do período	15.429.134	13.669.942
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	497.308	620.647

Considerando os valores reconhecidos em “Perdas por não-recuperação contra o resultado” e as “Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo”, as “Perdas com ativos financeiros - Empréstimos e recebíveis” totalizavam R\$9.084.787 e R\$8.540.681 nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014, respectivamente.

c) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como “Empréstimos e recebíveis” considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014 são os seguintes:

	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Saldo no início do período	14.011.226	14.021.777
Adições líquidas	10.317.025	9.834.771
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(7.715.772)	(9.131.931)
Saldo no final do período	16.612.479	14.724.617

5. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso e outros ativos tangíveis.

Em 30 de setembro de 2014, foram transferidos os investimentos nas entidades de energia eólica para esta rubrica, baseado no plano de alienação, cuja condição atual é altamente provável, conforme aprovação pela Administração do Banco Santander, em observância ao requerido pelo IFRS 5. Em 23 de março de 2015, a Santander Participações S.A. alienou a totalidade de sua participação na Santos Energia para a Inversiones Capital Global, S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$127.012. Na mesma data, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação nas Sociedades de Propósito Específico Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., Gestamp Eólica Paraíso S.A., Gestamp Eólica Lanchinha S.A., Gestamp Eólica Seridó S.A. e Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A. para a ICG do Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$120.000. Em 30 de setembro de 2015, o total do saldo remanescente destes investimentos para venda totaliza R\$233.583, e os valores de passivos diretamente associados a ativos não-correntes mantidos para a venda totalizam R\$1.197.

6. Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto: quando possuem acordo de acionistas, onde define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

O Banco Santander considera os investimentos classificados como influência significativa as coligadas que possuem indicação de membros da diretoria.

a) Composição

	Atividade	País	Participação em %	
			30/09/2015	31/12/2014
Controle conjunto do Banco Santander				
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	Financeira	Brasil	39,89%	39,89%
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽¹⁾	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽¹⁾	Securitização	Brasil	13,64%	13,64%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽¹⁾	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Controle conjunto da Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)				
Webmotors S.A. ⁽⁵⁾	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ^{(1) (3)}	Outras Atividades	Brasil	19,81%	19,81%
Controle conjunto da Santander Getnet				
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ^{(1) (4)}	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽¹⁾	Outras Atividades	Brasil	21,75%	21,75%

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Investimentos	
	30/09/2015	31/12/2014
Controle conjunto do Banco Santander	582.384	545.110
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	542.444	502.894
Norchem Participações e Consultoria S.A.	23.110	23.739
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽¹⁾	10.306	10.236
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽¹⁾	6.524	8.241
Controle conjunto da Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	483.917	458.444
Webmotors S.A. ⁽⁵⁾	345.721	327.615
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ^{(1) (3)}	138.196	130.829
Controle conjunto da Santander Getnet	-	491
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ^{(1) (4)}	-	491
Influência Significativa do Banco Santander	19.067	19.416
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽¹⁾	19.067	19.416
Total	1.085.368	1.023.461

	Resultados de equivalência patrimonial			
	01/7 a 30/09/2015	01/7 a 30/09/2014	01/1 a 30/09/2015	01/1 a 30/09/2014
Controle conjunto do Banco Santander	17.134	19.849	55.906	32.924
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	16.301	23.044	55.881	43.326
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽¹⁾	509	287	1.421	1.059
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽¹⁾	370	(5)	321	97
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽¹⁾	(46)	(86)	(1.717)	(2.685)
BW Guirapá I S.A. ⁽²⁾	-	(3.391)	-	(8.873)
Controle conjunto da Santander Serviços	8.504	12.022	25.473	35.073
Webmotors S.A. ⁽⁵⁾	7.727	5.259	18.106	16.781
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ^{(1) (3)}	777	6.763	7.367	18.292
Controle conjunto da Santander Getnet	-	(1.378)	(491)	(1.378)
iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ^{(1) (4)}	-	(1.378)	(491)	(1.378)
Influência Significativa do Banco Santander	364	254	1.065	956
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽¹⁾	364	254	1.065	956
Total	26.002	30.747	81.953	67.575

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Variação

As variações no saldo desse item nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2015	01/1 a 30/09/2014
Controle conjunto do Banco Santander		
Saldo no início do período	1.004.044	947.992
Mudança de escopo de consolidação ⁽²⁾	-	8.874
Resultados equivalência patrimonial	80.888	66.619
Adição	-	2.270
Ganhos de Capital	-	368
Dividendos propostos/ recebidos	(18.631)	(20.509)
Outros	-	10
Saldo no final do período	1.066.301	1.005.624
Influência Significativa do Banco Santander		
Saldo no início do período	19.417	115.811
Mudança de escopo de consolidação ⁽²⁾	-	(88.715)
Dividendos propostos/ recebidos	(1.415)	(2.696)
Resultados equivalência patrimonial	1.065	956
Saldo no final do período	19.067	25.356

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial.

(2) Em setembro de 2014, o investimento mantido na BW Guirapá I S.A. pelo Banco Santander foi transferido para a Santander Participações e reclassificado para a conta ativos não-correntes mantidos para venda (nota 5).

(3) No dia 18 de julho de 2014 foi publicado Comunicado ao Mercado para informar que os principais bancos de varejo do país, dentre eles o Banco Santander, por meio de uma de suas subsidiárias, ("Acionistas"), assinaram em 17 de julho 2014, um novo Acordo de Acionistas da TECBAN ("Novo Acordo de Acionistas"). O Novo Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, os Acionistas deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento ("TAA") pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TECBAN, gerando aumento de eficiência, bem como, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. A entrada em vigor do Acordo de Acionistas está sujeita a algumas condições suspensivas, dentre elas, a aprovação dos órgãos reguladores competentes (A Superintendência Geral do CADE publicou no Diário Oficial da União, no dia 23 de outubro 2014, sua decisão pela aprovação da operação sem restrições).

(4) Em 18 de julho de 2014, o Banco passou a deter uma participação de 50% no capital social da iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (iZettle do Brasil), mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R\$17.240, o qual foi autorizado pelo Bacen em 3 de junho de 2014. A iZettle do Brasil é uma empresa de origem sueca que atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander, S.A. (Espanha) e a iZettle na Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México. Uma das soluções desenvolvidas pela iZettle do Brasil permite aos estabelecimentos comerciais aceitarem pagamentos com cartões, por meio de smartphones ou tablets, através da utilização de uma aplicação gratuita acoplada a um leitor de cartões, convertendo assim o aparelho em um POS (terminal de aceitação de cartões de crédito/débito). O objetivo da parceria é permitir ao Banco atuar no mercado brasileiro de aceitação de pagamentos com cartão com foco direcionado para microcomércios e pessoas físicas, com uma solução inovadora, segura e agregada a uma oferta simples. Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, foi aprovado a transferência do investimento detido pelo Banco Santander (5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A.) ao capital social da Getnet S.A.

(5) Em 30 abril de 2015, foi formalizada a incorporação e consequente extinção das sociedades KM Locanet Ltda. - ME (Compreauto) e Ideia Produções pela Webmotors S.A.

(*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

(**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

c) Perdas por não recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não recuperação em relação a investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7. Ativo tangível

a) Variações

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, foram adquiridos ativos tangíveis por R\$566.378 e R\$695.561, respectivamente. Ainda, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 houve venda de ativos tangíveis por R\$155.525 e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 não houve venda de ativos tangíveis.

b) Perdas por não recuperação

Não houve perdas significativas por *impairment* com ativos tangíveis nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014.

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 30 de setembro de 2015, o Banco não possui compromissos contratuais para aquisição de tangível.

8. Ativo intangível

a) Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada e aprovada pela Diretoria Executiva.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

	30/09/2015	31/12/2014
Composição/Segmento operacional:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)/Banco Comercial	27.217.565	27.217.565
Outros/Banco Comercial	1.152.354	1.053.390
Total	28.369.919	28.270.955

b) Outros ativos intangíveis

Os detalhes, por categoria de ativo, dos "outros ativos intangíveis" nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Vida útil estimada	30/09/2015	31/12/2014
Com vida útil definida:			
Desenvolvimentos de tecnologia da informação - TI	Cinco anos	5.002.312	4.577.074
Outros ativos	Até cinco anos	740.141	356.868
Amortização acumulada		(3.421.959)	(2.697.805)
Provisão de perdas ao valor recuperável ⁽¹⁾		(645.704)	(285.834)
Total		1.674.790	1.950.303

(1) Em 2015, inclui perda ao valor recuperável do ativo registrado na aquisição e desenvolvimento de logiciais no valor de R\$674.780. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

9. Passivos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como *Hedge*", em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	30/09/2015		
	Passivos financeiros para negociação	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	80.264.541	80.264.541
Depósitos de clientes	-	244.564.492	244.564.492
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	94.296.697	94.296.697
Derivativos	27.719.864	-	27.719.864
Dívidas subordinadas	-	7.818.148	7.818.148
Posições vendidas	16.469.904	-	16.469.904
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	10.043.077	10.043.077
Outros passivos financeiros	-	21.808.439	21.808.439
Total	44.189.768	458.795.394	502.985.162

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2014		
	Passivos financeiros para negociação	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	63.674.201	63.674.201
Depósitos de clientes	-	220.644.019	220.644.019
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	70.355.249	70.355.249
Derivativos	8.284.360	-	8.284.360
Dívidas subordinadas	-	7.294.077	7.294.077
Posições vendidas	11.285.431	-	11.285.431
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	6.773.312	6.773.312
Outros passivos financeiros	-	23.445.735	23.445.735
Total	19.569.791	392.186.593	411.756.384

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	30/09/2015	31/12/2014
Depósitos à vista ⁽¹⁾	320.015	161.538
Depósitos a prazo ⁽²⁾	56.449.359	42.044.680
Operações compromissadas	23.495.167	21.467.983
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽³⁾	8.084.255	961.359
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	15.410.912	20.506.624
Total	80.264.541	63.674.201

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.2) Depósitos de clientes

	30/09/2015	31/12/2014
Depósitos à vista		
Contas correntes ⁽¹⁾	18.837.665	15.507.604
Cadernetas de poupança	35.540.168	37.938.936
Depósitos a prazo	94.282.204	91.552.181
Operações compromissadas	95.904.455	75.645.298
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados ⁽²⁾	64.077.811	46.699.288
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	31.826.644	28.946.010
Total	244.564.492	220.644.019

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/09/2015	31/12/2014
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	23.266.552	22.669.332
Eurobonds e outros títulos	15.787.009	11.784.701
Letras financeiras ⁽³⁾	52.665.551	33.998.433
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	2.577.585	1.902.783
Total	94.296.697	70.355.249

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de setembro de 2015, possuem prazo de vencimento entre 2015 a 2020 (31/12/2014 - com prazo de vencimento entre 2015 a 2020).

(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 90,0% a 98,0% do CDI. Em 30 de setembro de 2015, possuem prazo de vencimento entre 2015 a 2016 (31/12/2014 - com prazo de vencimento entre 2015 a 2016).

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de setembro de 2015, possuem prazo de vencimento entre 2015 a 2025 (31/12/2014 - com prazo de vencimento entre 2015 a 2025).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Saldo no início do período	70.355.249	65.300.548
Emissões	60.353.823	35.206.951
Pagamentos	(48.686.197)	(34.374.157)
Juros	7.113.000	4.530.493
Variação cambial e outros	5.160.822	259.615
Transferência para mantidos para venda	-	(217.357)
Saldo no final do período	94.296.697	70.706.093

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	30/09/2015 Total	31/12/2014 Total
Eurobonds	abr e nov-10	abr-15	US\$	4,5%	-	2.173.398
Eurobonds	jan e jun-11	jan-16	US\$	4,3%	3.317.928	2.256.237
Eurobonds	fev e set-12	fev-17	US\$	4,6%	5.064.889	3.575.617
Eurobonds ⁽²⁾	mar e mai-13	mar-16	R\$	8,0%	1.232.379	1.258.363
Eurobonds ⁽²⁾	abr-12	abr-16	CHF	3,3%	622.160	412.596
Eurobonds	mar-13	abr-18	US\$	4,5% a 8,4% ⁽¹⁾	-	892.090
Eurobonds ⁽²⁾	jun-13	jun-15	CHF	1,1%	-	339.686
Eurobonds ⁽²⁾	mar-13	mar-15	CHF	1,7%	-	187.974
Eurobonds ⁽²⁾	abr-12	abr-16	CLP	4,6%	135.839	101.264
Eurobonds	out-14	out-16	US\$	2,0%	801.423	51.488
Eurobonds ⁽²⁾	set-14	set-16	JPY	1,8%	36.457	24.480
Eurobonds	mai - 15	nov-15	US\$	1,1%	687.003	-
Eurobonds	mai - 15	dez-15	US\$	1,1%	205.293	-
Eurobonds	jun-15	dez-15	US\$	1,1%	602.102	-
Eurobonds	jul-15	jan-16	US\$	1,1%	852.433	-
Eurobonds	ago-15	fev-16	US\$	1,2%	517.575	-
Eurobonds	ago-15	fev-16	US\$	1,1%	295.641	-
Outras					1.415.887	511.508
Total					15.787.009	11.784.701

(1) A operação foi liquidada antecipadamente no primeiro trimestre de 2015.

(2) Inclui R\$1.990.378 (31/12/2014 - R\$1.960.197) de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R\$1.232.379 (31/12/2014 - R\$1.258.363) indexado em Reais, R\$622.160 (31/12/2014 - R\$600.570) indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço, R\$135.839 (31/12/2014 - R\$101.264) em Peso Chileno; e R\$36.457 (31/12/2014 - R\$364.166) de operações objeto de "hedge" de risco de mercado, sendo R\$36.457 (31/12/2014 - R\$24.480) indexados em moeda estrangeira - YEN e em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$339.686 indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço.

Em 30 de setembro de 2015, nenhuma dessas emissões foi convertida em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

b.4) Dívidas subordinadas

Os detalhes do saldo do item "Dívidas Subordinadas" são os seguintes:

Em milhares de Reais						
	Emissão	Vencimento (1)	Valor (em milhões)	Taxa de juros	30/09/2015	31/12/2014
CDB Subordinado	jun-06	jul-16	R\$1.500	105,0% CDI	4.053.186	3.683.128
CDB Subordinado	out-06	set-16	R\$850	104,5% CDI	2.189.818	1.990.794
CDB Subordinado	jul a out-06	jul-16 a jul-18	R\$447	104,5% CDI	1.188.722	1.080.684
CDB Subordinado	mai a jun-08	mai-15 a mai-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	81.874	114.050
CDB Subordinado	mai a jun-08	mai-15 a jun-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	304.548	425.421
Total					7.818.148	7.294.077

(1) CDBs Subordinados emitidos pelo Banco Santander, possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

As variações no saldo de "Dívidas subordinadas" nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Saldos no início do período	7.294.077	8.906.144
Pagamentos	(216.075)	(2.298.809)
Juros	740.146	671.557
Saldo no final do período	7.818.148	7.278.892

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.5) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" referente a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência devido ao Plano de Otimização do Patrimônio de Referência (nota 11.d), são os seguintes:

Em milhares de Reais						
	Emissão	Vencimento	Valor (em milhões)	Taxa de juros (a.a.) ⁽³⁾	30/09/2015	31/12/2014
Nível I ⁽¹⁾	jan-14	sem prazo (perpétuo)	R\$3.000	7,4%	5.028.226	3.361.971
Nível II ⁽²⁾	jan-14	jan-24	R\$3.000	6,0%	5.014.851	3.411.341
Total					10.043.077	6.773.312

(1) Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.

(2) Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

(3) A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Saldos no início do período	6.773.312	-
Emissão	-	6.000.000
Juros Nível I ⁽¹⁾	205.193	172.958
Juros Nível II ⁽¹⁾	167.879	140.712
Variação Cambial / Outros	3.403.019	99.713
Pagamento de juros - Nível I	(242.839)	(120.664)
Pagamento de juros - Nível II	(263.487)	(98.167)
Saldo no final do período	10.043.077	6.194.552

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento Elegível a Capital Nível I e II foram registradas em contrapartida de conta do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

10. Provisões

a) Composição

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	30/09/2015	31/12/2014
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares	2.500.305	3.869.728
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	8.512.784	7.257.716
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	790.549	783.909
Processos judiciais e administrativos	7.105.056	5.487.882
Sendo:		
Cíveis	1.925.385	1.755.367
Trabalhistas	2.651.941	1.982.393
Fiscais e Previdenciárias	2.527.730	1.750.122
Provisões diversas	617.179	985.925
Total	11.013.089	11.127.444

b) Provisões para contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

b.1) Processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária

O Banco e suas controladas aderiram em agosto de 2014 ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.996/2014.

A adesão ao programa incluiu a cobrança administrativa decorrente da dedução de despesas com tributos com exigibilidade suspensa e sua atualização na base de cálculo do IRPJ e da CSLL entre os anos de 2006 e 2008. Referida cobrança, pendente de decisão na esfera administrativa, tinha classificação de risco avaliada como perda possível, segundo os assessores jurídicos. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista em 2014 produziram efeitos contábeis no momento da adesão ao programa através da liquidação financeira no valor de R\$412.602 cujo efeito patrimonial, após registrados os ativos fiscais diferidos, foi nulo no resultado líquido.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- **PIS e COFINS** - R\$2.948.562 (31/12/2014 - R\$10.463.919): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do STF admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal referente à Cofins aplicável, exclusivamente, ao processo do Banco Santander. Em 28 de maio de 2015, em sessão plenária do STF, foi confirmada a inadmissibilidade do Recurso Extraordinário referente à Cofins, em decisão unânime, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto pelo Ministério Público Federal. Com essa decisão, o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Em 19 de agosto de 2015, os Embargos de Declaração apresentados pelo Ministério Público Federal foram rejeitados, por unanimidade, na sessão plenária do STF. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas. Com a decisão do STF, o Banco Santander reverteu o saldo da provisão constituída para cobrir as obrigações legais relativas à Cofins, no montante de R\$7.950 milhões (R\$4.770 milhões, após efeitos tributários).
- **Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$1.505.623 (31/12/2014 - R\$1.357.957): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

- **CSLL - Isonomia de Alíquotas** - R\$51.778 (31/12/2014 - R\$54.111): o Banco Santander e as empresas controladas ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.
- **Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$834.985 (31/12/2014 - R\$722.366): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.
- **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - R\$512.445 (31/12/2014 - R\$442.583): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.
- **Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** - R\$649.764 (31/12/2014 - R\$0): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação de risco dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) enquanto o Banco obteve decisão desfavorável e foi considerado responsável pelo recolhimento da CPMF. Ambas decisões foram objeto de novos recursos perante a última instância do CARF. Em junho de 2015, os recursos foram apreciados com decisões desfavoráveis para o Banco e para Santander DTVM na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, que totalizam R\$1.283 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

b.2) Processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos e êxitos. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

b.3) Processos judiciais e administrativos de natureza cível

Estas contingências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

• **Ações de Caráter Indenizatório** - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

• **Planos Econômicos** - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos Bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Entretanto, o julgamento desta questão está paralisado no STF por falta de quórum, considerando que alguns dos seus Ministros se declararam impedidos para julgar a matéria, inclusive o novo e mais recente Ministro (Luiz Edson Fachin) e, por isso, é provável que o julgamento continue paralisado por vários anos ainda. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

b.4) Contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias classificadas como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$13,880 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

• **Perdas em Operações de Crédito** - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de setembro de 2015, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$706 milhões.

• **INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de setembro de 2015, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$2.644 milhões.

• **IRPJ e CSLL - Ganho de Capital** - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Atualmente aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela Zurich e o julgamento do Recurso Especial interposto pela União Federal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de setembro de 2015, o valor era de aproximadamente R\$258 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real – A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, anulando integralmente o débito fiscal. Referida decisão será objeto de recurso de ofício perante o CARF. Em 30 de setembro de 2015, o valor era de R\$1.141 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – As Autoridades Fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou tempestivamente as respectivas impugnações, as quais estão pendentes de decisão. Em 30 de setembro de 2015, o valor era de R\$502 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$129 milhões, excluindo o processo abaixo:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

• **Gratificação Semestral ou PLR** - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$759 milhões.

b.5) Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$772.556, R\$2.131 e R\$15.862 (31/12/2014 - R\$773.304, R\$2.520 e R\$8.085), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões noventa milhões noventa e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/09/2015			Ações - mil 31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	69.178	94.110	163.288	127.192	153.105	280.297
De Domiciliados no Exterior	3.800.671	3.636.881	7.437.552	3.742.658	3.577.885	7.320.543
Total	3.869.849	3.730.991	7.600.840	3.869.850	3.730.990	7.600.840
(-) Ações em tesouraria	(34.156)	(34.156)	(68.312)	(29.612)	(29.612)	(59.224)
Total em circulação	3.835.693	3.696.835	7.532.528	3.840.238	3.701.378	7.541.616

Os custos de emissão da Oferta Global de Ações, realizada em outubro de 2009, foram reclassificados da rubrica de Capital Social para Reservas para uma melhor apresentação no valor de R\$193.616.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	30/09/2015		
	Reais por milhares de ações / Units		
	Ordinárias	Preferenciais	Units
Dividendos intercalares ^{(1) (3)}	150.000	20,8421	39,7895
Dividendos intermediários ^{(2) (4)}	3.050.000	424,3927	810,2043
Total Acumulado em 30 de setembro de 2015	3.200.000		

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2015.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2015.

(3) O valor dos dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e foram pagos a partir de 28 de agosto de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) O valor dos dividendos intermediários serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e foram pagos a partir de 05 de outubro de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2014			Units
	Reais por milhares de ações / Units			
		Ordinárias	Preferenciais	
Dividendos Intermediários ^{(1) (5)}	99.807	12,6008	13,8609	26,4617
Dividendos Intercalares ^{(1) (5)}	120.193	15,1745	16,6919	31,8664
Dividendos Intercalares ^{(2) (5)}	400.000	50,5005	55,5505	106,0510
Dividendos Intercalares ^{(3) (6)}	220.000	27,7738	30,5512	58,3250
Juros sobre o Capital Próprio ^{(4) (6)}	690.000	87,2120	95,9332	183,1452
Total Acumulado em 31 de dezembro de 2014	1.530.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2014.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2014.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2014.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2014, ordinárias - R\$74,1309, preferenciais - R\$81,5442 e Units - R\$155,6751 líquidos de impostos.

(5) O valor dos dividendos intermediários e intercalares, foram imputados integralmente aos dividendos complementares e obrigatórios, respectivamente, referente ao exercício de 2014 e foram pagos a partir de 28 de agosto de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre capital próprio, foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2014 e foram pagos a partir de 26 de fevereiro de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 24 de agosto de 2014, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 44.253.662 Units, correspondentes e 44.253.662 ações ordinárias e 44.253.662 ações preferenciais, que correspondem, em 31 de outubro de 2014, a aproximadamente 1,16% do capital social do Banco.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo.

O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 3 de novembro de 2014, encerrando-se em 3 de novembro de 2015.

Em 2015, foram adquiridas 8.886.200 Units e pagas 4.399.515 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 30 de setembro de 2015 é de 21.017.862 Units (31/12/2014 - 16.531.177 Units), equivalente a R\$298.822 (31/12/2014 - R\$230.420). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$11,01, R\$14,10 e R\$18,51. Em 2015, foram adquiridas 57.100 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 13.137.665 ADRs, no montante atual de R\$322.624 (31/12/2014 - R\$215.036). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US\$4,37, US\$5,52 e US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 30 de setembro de 2015 era de R\$16,61 por Unit e US\$3,15 por ADR. No período findo em 30 de setembro de 2015, devido ao Plano de Otimização do Patrimônio de Referência, foram registrados custos de emissão no valor de R\$83, totalizando R\$621.529 (31/12/2014 - R\$445.501) de ações em tesouraria.

Adicionalmente, no terceiro trimestre findo em 30 de setembro de 2015, foram negociadas ações em tesouraria, que resultaram numa perda de R\$3.918 (31/12/2014 - perda de R\$4.926) registrada diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

d) Plano de Otimização do Patrimônio de Referência

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander ("Plano de Otimização do PR"). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às recentes normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR contemplou os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6.000.000, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital, avaliados como instrumentos compostos, para compor o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). O pagamento da restituição de recursos aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos desde 15 de janeiro de 2014.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Emissão de Notas

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notas), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$6.000.000. A emissão das Notas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014; (e) Discricionariedade: o Banco Santander pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período ilimitado e sem direito de acumulação, sem que a referida suspensão seja considerada como evento de default (f) Subordinação: no caso de insolvência, sua liquidação financeira está subordinada a todos os instrumentos de capital Nível II. As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Bacen emitiu aprovação para que as Notas componham o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander desde a data de sua emissão.

Bonificação e Grupamento de Ações

Com o objetivo de eliminar a negociação em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentar a liquidez e reduzir os custos de transação, em 18 de março de 2014, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram: (i) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para os acionistas do Banco, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resulta em uma participação de bônus de 5 ações preferenciais para cada Unit (SANB11), mediante aumento do Capital Social no montante de R\$171.799 em contrapartida a conta de Reservas; e (ii) grupamento da totalidade das ações ordinárias e ações na proporção de 1:55, sendo que cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais correspondem a 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, respectivamente. Como resultado, cada Unit (SANB11) passou a ser composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial. Esses eventos foram implementados em 2 de junho de 2014.

Oferta Pública de Permuta

Em 29 de abril de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que foi comunicado por seu acionista controlador indireto, Banco Santander Espanha, que este lançaria uma oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América para permuta de até a totalidade das ações do Banco que não fossem de titularidade do Banco Santander Espanha, as quais representavam cerca de 25% do capital do Banco, com a entrega de ações de emissão do Banco Santander Espanha em pagamento. Em decorrência da Operação, o Banco continuaria a ser uma companhia aberta listada na BM&FBovespa, mas sairia do Nível 2 de Governança Corporativa, passando a estar listado em seu segmento tradicional.

Em 9 de junho de 2014, foi realizada AGE, onde foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. ("Rothschild") para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico do Banco, para fins da Oferta de Permuta e da consequente Saída do Nível 2.

Em 13 de junho de 2014, o Banco anunciou ao mercado que o Laudo de Avaliação elaborado por Rothschild havia sido devidamente encaminhado, para a: (i) CVM; (ii) BM&FBovespa; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta havia sido protocolado na CVM, na mesma data.

Em 2 de outubro de 2014 o Conselho de Administração emitiu parecer sobre a Oferta de Permuta e o Banco arquivou na SEC a sua posição sobre referida transação por meio do Schedule 14D-9. Em 16 de outubro de 2014 o Santander Espanha e Banco informaram ao mercado que foi ajustada a relação de permuta da Oferta de Permuta, prevista no Edital da Oferta publicado em 18 de setembro de 2014. Em conformidade com o Edital da Oferta, a relação de permuta, e consequentemente a quantidade de BDRs a que daria direito cada Recibo de Subscrição, foi ajustada de 0,70 BDR para cada Unit e 0,35 BDR para cada Ação, seja ordinária ou preferencial, para 0,7152 BDR para cada Unit e 0,3576 BDR para cada Ação, seja ação ordinária ou ação preferencial, em função da remuneração declarada pelo Santander Espanha em 16 de outubro de 2014, no âmbito do programa Santander Dividendo Elección, com data-base de apuração de posição acionária para pagamento (record date) em 17 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, o Banco em conjunto com o Santander Espanha anunciou ao mercado o Resultado da Oferta de Permuta. Santander Espanha adquiriu 1.640.644 Ações e 517.827.702 Units, representativos, em conjunto, de 13,65% do capital social do Banco, de modo que a participação do Grupo Santander no Banco passou a ser de 88,30% de seu capital social total, 88,87% de suas ações ordinárias e 87,71% de suas ações preferenciais, considerando também os ADRs representativos de Units adquiridos na Oferta de Permuta nos EUA. Como consequência da Oferta de Permuta, as ações do Banco deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBovespa, passando a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

12. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com pessoal

	01/07 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Remuneração direta	1.248.047	1.153.115	3.511.244	3.364.445
Encargos	324.234	289.902	952.808	866.656
Benefícios	293.816	277.349	863.420	798.538
Planos de pensão de benefício definido	7.833	5.459	23.507	16.373
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	18.996	14.618	55.877	47.225
Remuneração baseada em ações	10.715	8.485	34.225	14.029
Treinamento	22.886	22.051	63.422	50.103
Outras despesas de pessoal	60.455	32.570	169.442	98.021
Total	1.986.982	1.803.549	5.673.945	5.255.390

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Outras despesas administrativas

	01/07 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Imóveis, instalações e materiais	310.018	294.821	944.192	895.706
Tecnologia e sistemas	322.508	268.089	882.374	821.311
Publicidade	118.261	113.883	264.352	279.893
Comunicações	126.328	127.759	361.814	388.809
Ajudas de custo e despesas de viagem	40.656	32.058	110.006	100.040
Tributos exceto imposto sobre a renda	39.206	17.628	109.012	52.218
Serviços de vigilância e transporte de valores	163.521	138.630	453.497	427.078
Prêmios de seguros	3.808	4.415	14.331	12.609
Serviços técnicos especializados	448.635	535.572	1.290.215	1.481.240
Relatórios técnicos	99.610	100.329	295.973	285.750
Outros serviços técnicos e especializados	349.025	435.243	994.242	1.195.490
Outras despesas administrativas	73.403	183.515	421.858	453.791
Total	1.646.344	1.716.370	4.851.651	4.912.695

13. Remuneração com base em ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

a) Programa local

O Programa Local do Banco Santander é dividido em dois tipos de planos independentes: (i) Planos de compra de ações e (ii) Planos de entrega de ações.

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - O Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

(i) Planos de compra de ações

Os planos de compra de ações compostos pelos Planos de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

As principais características dos planos são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: É um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

(ii) Planos de entrega de ações

Os planos de entrega de ações são compostos pelos Planos de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em "Units", onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes (Remuneração Variável), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: Plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objetivo o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirão na entrega em Units.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	PSP 2013/ SOP 2013	Plano SOP, PI12 - PSP, PI13 - PSP, PI14 - PSP ⁽¹⁾	SOP 2014 ⁽²⁾
	% de Ações Passíveis de Exercício		
1°	100%	50%	100%
2°	75%	35%	75%
3°	50%	25%	50%
4°	-	-	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PSP 2013	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

	SOP 2013	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	<i>Black&Scholes</i>	<i>Black&Scholes</i>	Binomial
Volatilidade	40,00%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%	5,43%
Período de <i>Vesting</i>	2 anos	2 anos	2,72 anos
Momento "Médio" de Exercício	5 anos	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$5,96	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na BM&FBovespa) para o período findo em 30 de setembro de 2015 é de R\$15,40 (31/12/2014 - R\$15,06).

No período findo em 30 de setembro de 2015, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$8.425 (30/09/2014 - despesa de R\$3.645), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e despesa de R\$5.793 (30/09/2014 - despesa de R\$6.474), referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). Foi registrado também no período perda com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$1.048 "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) - Outros".

	Número de Units	Preço de exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2013	35.654.230					
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(1.536.735)		2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Canceladas (SOP 2014)	(13.300.678)	14,31	2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
Opções Canceladas (SOP 2013)	(804.121)	14,43	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
Opções Canceladas (PSP 2013)	(163.544)		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Concedidas (PSP 2013)	295.957		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Canceladas (SOP)	(4.903.768)	23,50	2010	Executivos	03/02/10	30/06/14
Opções Exercidas (PI14 - PSP)	(180.574)		2012	Executivos	29/05/12	30/06/14
Opções Exercidas (SOP Entrega 2014)	(1.230.303)		2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2014	13.830.464					
Opções Canceladas (SOP 2013)	(498.407)	14,43	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
Opções Canceladas (PSP 2013)	(45.085)		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Opções Exercidas (SOP Entrega 2014)	(233.499)		2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
Saldo dos Planos em 30 de setembro de 2015	13.053.473					
SOP 2014	794.926	14,31	2011	Executivos	26/10/11	30/06/16
SOP 2013	9.740.217	14,43	2013	Executivos	02/05/13	30/06/18
PSP 2013	2.518.330		2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
Total	13.053.473					

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Programa Global

Política de incentivos a longo prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Consolidado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12 /PI13 e PI14). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

Em 2014 foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global Outorga 2014 – ILP CRDIV. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a liquidação será em ações do Grupo Santander Mundial.

Valor justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade esperada (*)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de cupom zero) durante o prazo do plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de units	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período	Data final do período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2013	379.685				
Opções Canceladas (PI14)	(379.685)	2011	Executivos	01/07/11	31/07/14
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2014	-				
Saldo dos Planos em 30 de Setembro de 2015	-				

Plano Global CRD-IV:

	2 anos	3 anos	4 anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11.1%	10.8%	9.5%
Volatilidade esperada	32.7%	34.7%	36.9%
Comparador de Volatilidade	12% -52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de juros sem risco	1.7%	2.1%	2.5%
Correlação	0,6	0,6	0,6

O indicador que será usado para mensurar o atingimento dos targets será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos 15 (quinze) principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa (2015) e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cada executivo tem um target em Reais. Caso os indicadores sejam atingidos, o target será convertido em ações do Grupo Santander que serão entregues em parcelas nos anos de 2016, 2017 e 2018, com restrição de venda de 1 (um) ano depois de cada entrega.

	Quantidade de ações	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período de exercício	Data final do período de exercício
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2014	-	2014	Executivos		
Saldo dos Planos em 30 de Setembro de 2015	-				

No período findo em 30 de setembro de 2015, foram registradas despesas *pro rata* dia no valor de R\$6.760 (30/09/2014 - despesa de R\$3.689), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciada em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do Financial Stability Board (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do dia 7 de fevereiro de 2012.

Em 19 de Dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de Fevereiro de 2013.

Em 24 de Abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do dia 3 de Junho de 2013.

Nesta proposta foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander foi reavaliado e passou a ser dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não identificado

a) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No período findo em 30 de setembro de 2015, foram registrados despesas no valor de R\$4.324 (30/09/2014 - créditos de R\$1.321), referente a provisão do plano e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$1.673 (30/09/2014 - R\$4.992) como despesas de pessoal.

b) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No período findo em 30 de setembro de 2015, foram registrados despesas no valor de R\$8.923 (30/09/2014 - despesas de R\$221).

14. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade),
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- (c) Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes o Banco identificou, os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no *Global Relationship Model* - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio do Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

As demonstrações do resultado e outros dados significativos são os seguintes:

01/07 a 30/09/2015

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	6.696.738	1.059.604	7.756.342
Receitas de instrumentos de patrimônio	15.268	-	15.268
Resultado de equivalência patrimonial	26.002	-	26.002
Receitas líquidas de tarifas e comissões	2.091.845	306.503	2.398.348
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(7.804.844)	(161.859)	(7.966.703)
Outras receitas (despesas) operacionais	11.755	(201)	11.554
TOTAL DE RECEITAS	1.036.764	1.204.047	2.240.811
Despesas com pessoal	(1.816.700)	(170.282)	(1.986.982)
Outras despesas administrativas	(1.580.077)	(66.267)	(1.646.344)
Depreciação e amortização	(328.026)	(30.935)	(358.961)
Provisões (líquidas)	(996.489)	(65.033)	(1.061.522)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.850.011)	(285.384)	(3.135.395)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(299.250)	(221)	(299.471)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	762.061	-	762.061
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	(6.071.728)	585.925	(5.485.803)

(1) Inclui, no Banco Comercial, o *hedge* econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos *offshore* sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R\$7.616.244 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 30 de setembro de 2015, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$1.544.515.

01/07 a 30/09/2014

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	6.019.074	525.368	6.544.442
Receitas de instrumentos de patrimônio	36.582	-	36.582
Resultado de equivalência patrimonial	30.747	-	30.747
Receitas líquidas de tarifas e comissões	1.934.691	267.457	2.202.148
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(1.110.095)	232.151	(877.944)
Outras receitas (despesas) operacionais	(112.168)	(4.237)	(116.405)
TOTAL DE RECEITAS	6.798.831	1.020.739	7.819.570
Despesas com pessoal	(1.645.748)	(157.801)	(1.803.549)
Outras despesas administrativas	(1.650.833)	(65.537)	(1.716.370)
Depreciação e amortização	(339.241)	(31.891)	(371.132)
Provisões (líquidas)	(631.324)	(12.553)	(643.877)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.786.046)	(39.083)	(2.825.129)
Perdas com outros ativos (líquidas)	8.321	185	8.506
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	55.194	-	55.194
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	(190.846)	714.059	523.213

(1) Inclui, no Banco Comercial, o *hedge* econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos *offshore* sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R\$1.367.883 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 30 de Setembro de 2014, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$1.177.037.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

01/01 a 30/09/2015

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	21.657.952	2.745.389	24.403.341
Receitas de instrumentos de patrimônio	95.881	-	95.881
Resultado de equivalência patrimonial	81.953	-	81.953
Receitas líquidas de tarifas e comissões	6.041.586	909.575	6.951.161
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(11.459.005)	(77.407)	(11.536.412)
Outras receitas (despesas) operacionais	(185.526)	(8.414)	(193.940)
TOTAL DE RECEITAS	16.232.841	3.569.143	19.801.984
Despesas com pessoal	(5.182.395)	(491.550)	(5.673.945)
Outras despesas administrativas	(4.664.020)	(187.631)	(4.851.651)
Depreciação e amortização	(1.068.457)	(98.209)	(1.166.666)
Provisões (líquidas)	(3.212.547)	30.631	(3.181.916)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(8.502.519)	(765.390)	(9.267.909)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(1.242.369)	(580)	(1.242.949)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	855.332	-	855.332
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	(6.784.134)	2.056.414	(4.727.720)

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para lucros no montante de R\$11.454.511 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 30 de setembro de 2015, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$4.670.376.

01/01 a 30/09/2014

Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	18.632.244	1.821.522	20.453.766
Receitas de instrumentos de patrimônio	173.424	-	173.424
Resultado de equivalência patrimonial	67.575	-	67.575
Receitas líquidas de tarifas e comissões	5.519.680	756.403	6.276.083
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais ⁽¹⁾	(308.191)	372.716	64.525
Outras receitas (despesas) operacionais	(358.339)	(14.830)	(373.169)
TOTAL DE RECEITAS	23.726.393	2.935.811	26.662.204
Despesas com pessoal	(4.795.968)	(459.422)	(5.255.390)
Outras despesas administrativas	(4.728.852)	(183.843)	(4.912.695)
Depreciação e amortização	(889.905)	(99.148)	(989.053)
Provisões (líquidas)	(1.386.685)	(12.617)	(1.399.302)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(8.336.135)	(204.726)	(8.540.861)
Perdas com outros ativos (líquidas)	10.655	825	11.480
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	86.415	-	86.415
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO ⁽¹⁾	3.685.918	1.976.880	5.662.798

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para as perdas no montante de R\$501.687 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 30 de setembro de 2014, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$4.187.605.

30/09/2015

Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	530.638.198	80.519.744	611.157.942
Empréstimos e adiantamentos a clientes	187.427.787	66.681.017	254.108.804
Depósitos de clientes	221.355.234	23.209.258	244.564.492

31/12/2014

Outros:	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Total
Total do ativo	447.099.883	73.131.027	520.230.910
Empréstimos e adiantamentos a clientes	177.426.688	58.263.661	235.690.349
Depósitos de clientes	199.721.072	20.922.947	220.644.019

15. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

As transações realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas ao período findo em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foram as seguintes:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 29 de janeiro de 2015 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) no montante global de até R\$300.000 para o exercício de 2015, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. As propostas foram objetos de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2015.

a.1) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Remuneração fixa	42.821	37.590
Remuneração variável	79.186	71.740
Outros	12.048	10.879
Total Benefícios de curto prazo	134.055	120.209
Remuneração baseada em ações	18.242	22.892
Total Benefícios de longo prazo	18.242	22.892
Total ⁽¹⁾	152.297	143.101

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2015, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$20.606 (30/09/2014 - R\$22.184).

a.3) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	30/09/2015					
	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	13,4%	519.089	13,9%	1.037.296	13,6%
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%
Qatar Holding, LLC	207.812	5,4%	207.812	5,6%	415.624	5,5%
Funcionários	3.389	0,1%	3.411	0,1%	6.800	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	185.271	4,7%	213.055	5,7%	398.326	5,2%
Total	3.835.693		3.696.835		7.532.528	
Ações em Tesouraria	34.156	0,9%	34.156	0,9%	68.312	0,9%
Total	3.869.849	100,0%	3.730.991	100,0%	7.600.840	100,0%
Free Float	396.472	10,2%	424.278	11,4%	820.750	10,8%

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		31/12/2014	
Acionistas	(milhares)	Ações ordinárias (%)	(milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	13,4%	519.089	13,9%	1.037.296	13,6%
Santander Insurance Holding, S.L. ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	-	3.937	0,1%
Qatar Holding, LLC ⁽²⁾	207.812	5,1%	207.812	5,3%	415.624	5,2%
Funcionários	2.216	0,1%	2.239	0,1%	4.455	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	190.989	5,2%	218.770	6,2%	409.759	5,7%
Total	3.840.238		3.701.378		7.541.616	
Ações em Tesouraria	29.612	0,7%	29.612	0,7%	59.224	0,7%
Total	3.869.850	100,0%	3.730.990	100,0%	7.600.840	100,0%
Free Float ⁽³⁾	401.017	10,4%	428.821	11,5%	829.838	10,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Informações referem-se a dezembro de 2014 (último dado disponível).

(3) Composto por funcionário, Qatar Holding e outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d) Transações com partes relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As principais transações e saldos são conforme segue:

Em milhares de Reais	30/09/2015		
	Controladora ⁽¹⁾	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas ⁽²⁾
Ativo	28.562.597	1.108.097	(230.834)
Derivativos para negociação, posição líquida	(342.349)	-	(1.265.480)
Banco Santander Espanha	(342.349)	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(170.173)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(1.095.307)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	28.669.063	-	159.017
Banco Santander Espanha ⁽³⁾⁽⁵⁾	28.669.063	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	5.006
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	153.851
Bank Zachodni	-	-	91
Banco Santander, S.A. – México	-	-	69
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	(16)	875.629
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	643.057
Webmotors S.A.	-	(16)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	186
BW Guirapá	-	-	232.386
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito ⁽¹⁾	4.568	1.105.753	-
Banco Santander Espanha	4.568	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	1.105.493	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	260	-
Outros ativos	231.315	2.360	-
Banco Santander Espanha	231.315	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	1.969	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	391	-
Passivo	(12.356.860)	(226.381)	(368.445)
Depósitos de instituições de crédito	(123.745)	(15.566)	(99.887)
Banco Santander Espanha ⁽⁴⁾	(123.745)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(11.869)	-
Santander Brasil Asset	-	-	(12.988)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(65.816)
Banco Santander, S.A. – Uruguay	-	-	(21.083)
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(3.697)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(12.416)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽⁶⁾	(12.416)	-	-

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em milhares de Reais	30/09/2015		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Depósitos de clientes	-	(210.815)	(251.773)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(79.076)
Santander Securities	-	-	(38.329)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(38.517)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(52.836)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(26.953)
Santander Trade Services	-	-	(6.829)
Webmotors S.A.	-	(210.815)	-
Outros	-	-	(9.233)
Outros passivos - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(2.715.741)	-	(770)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(420.228)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	(860.083)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	(1.526)	-	-
Sterrebeeck B.V. (1)	(1.433.904)	-	-
Banco Madasant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Zona Franca da Madeira)	-	-	(770)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(9.504.958)	-	-
Banco Santander Espanha (2) (7)	(9.504.958)	-	-
Outras obrigações	-	-	(16.015)
Santander Brasil Asset	-	-	(67)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(272)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(218)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(14.460)
Outros	-	-	(998)

Em milhares de Reais	31/12/2014		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	11.033.229	1.880.176	546.856
Derivativos para negociação, posição líquida	(98.286)	-	(87.161)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(98.286)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	381.956
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(871)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(468.246)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	10.913.872	-	2.787
Banco Santander, S.A. – Espanha (3) (5) (6)	10.913.872	-	-
Banco Santander Totta, S.A.	-	-	2.787
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	10.340	631.149
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	630.694
Webmotors S.A.	-	10.340	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	455
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	11.900	1.867.750	81
Banco Santander – Espanha	11.900	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	1.867.138	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	612	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	81
Outros ativos	205.743	2.086	-
Banco Santander – Espanha	205.743	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	2.086	-

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em milhares de Reais	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	31/12/2014 Outras partes relacionadas (2)
Passivo	(7.375.101)	(161.871)	(612.659)
Depósitos de instituições de crédito	(416.969)	(19.186)	(286.348)
Banco Santander, S.A. – Espanha (4)	(416.969)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(15.699)	-
Santander Brasil Asset	-	-	(16.742)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(261.865)
Banco Santander, S.A. – Uruguay	-	-	(7.741)
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(3.487)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(6.082)	-	-
Banco Santander Espanha (7)	(6.082)	-	-
Depósitos de clientes	-	(142.685)	(271.753)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(70.449)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(41.646)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(49.526)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(89.830)
Webmotors S.A.	-	(142.685)	-
Outros	-	-	(20.302)
Outros passivos - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(538.636)	-	(47.271)
Banco Santander, S.A. – Espanha	(25.084)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	(134.413)	-	-
Santander Insurance Holding, S.L.	(403)	-	-
Sterrebeeck B.V. (1)	(378.736)	-	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A.	-	-	(55)
Santusa Holding, S.L.	-	-	(47.216)
Outras obrigações	(7.719)	-	(7.287)
Banco Santander – Espanha	(7.719)	-	-
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(441)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	(35)
Santander Brasil Asset	-	-	(6.811)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(6.405.695)	-	-
Banco Santander Espanha (2)(7)	(6.405.695)	-	-

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

(3) Em 30 de setembro de 2015, inclui a disponibilidades no valor de R\$185.879 (2014 - R\$410.193)

(4) Em 30 de setembro 2015, refere-se à captação de recursos através de operações de repasses no exterior totalizando R\$123.745 (2014 - R\$416.969, com vencimento até outubro de 2018 e juros entre 0,56% e 14,03%a.a.)

(5) Em 30 de setembro de 2015, incluem a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 01 de outubro de 2015, no valor de R\$ 27.788.681 (2014 - R\$ 10.663.319) e juros de até 0,17 % a.a. mantidas, pelo Santander Estabelecimento Financeiro de Crédito, Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(6) Refere-se a emissões de Eurobonds da Agência Grand Cayman, com vencimento de 16 de janeiro de 2016 a 13 de fevereiro de 2017 e juros de 3,152%a.a e 4,625% a.a.

(7) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/09/2015		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	(1.232.026)	148.158	372.194
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	21.603	125.057	48
Banco Santander Espanha	21.603	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	125.057	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	48
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	(18.246)	(95.027)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(5.876)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(12.375)
Webmotors S.A.	-	(18.246)	-
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(2.848)
Santander Securities	-	-	(71.787)
Outros	-	-	(2.141)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(214)	(83)	(4.206)
Banco Santander Espanha	(214)	-	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	(83)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(2.526)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(1.680)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(15.048)	19.331	1.327.971
Banco Santander Espanha	(15.048)	-	-
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	2.938	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	15.652	-
Banco Santander International	-	-	8.804
Webmotors S.A.	-	741	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	184.684
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	1.131.469
Outros	-	-	3.014
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(282.646)	-	-
Banco Santander Espanha (2) (6)	(282.646)	-	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(955.721)	22.099	(165.749)
Banco Santander Espanha	(955.721)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	371.385
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(449.273)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(98.235)
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	22.099	-
Outros	-	-	10.374
Despesas administrativas e amortização	-	-	(713.179)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(297.517)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(149.787)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(707)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(16.931)
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	(117.986)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(15.933)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda	-	-	(67.863)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(41.355)
Outros	-	-	(5.100)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(12.068)
Santander Cultural	-	-	(2.458)
Fundacao Santander	-	-	(1.970)
Instituto Escola Brasil	-	-	(1.140)
Fundação Sudameris	-	-	(6.500)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	-	-	750.550
Santander Securities Services Brasil Participações (5)	-	-	750.550
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações	-	-	34.404
Capital Riesgo Global (3)	-	-	34.404

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/09/2014		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	(342.400)	83.790	554.090
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	13.463	79.729	7
Banco Santander Espanha	13.463	-	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	5
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	79.729	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	2
Despesas com juros e similares - depósitos de clientes	-	(10.282)	(16.501)
Webmotors S.A.	-	(10.282)	-
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(5.282)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(2.050)
Outros	-	-	(9.169)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(14.292)	(4.134)	(45.026)
Banco Santander Espanha	(14.292)	-	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	(4.134)	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(45.026)
Despesas com juros e similares - Obrigações por títulos e valores mobiliários	(17)	-	-
Banco Santander Espanha	(17)	-	-
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(41.904)	18.477	1.163.975
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil	-	3.102	-
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil	-	15.023	-
Banco Santander Espanha	(41.904)	-	-
Webmotors S.A.	-	352	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	144.109
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	1.019.585
Outros	-	-	281
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(268.615)	-	-
Banco Santander Espanha	(268.615)	-	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais (líquidos)	(31.035)	-	171.674
Banco Santander Espanha	(31.035)	-	-
Santander Benelux, S.A., N.V.	-	-	113.099
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	10.440
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	42.609
Outros	-	-	5.526
Despesas administrativas e amortização	-	-	(700.603)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(327.933)
Produban Serviços de Informática S.A.	-	-	(156.208)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(2.231)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(16.931)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	-	-	(38.814)
Produban Servicios Informaticos Generales, S.L.	-	-	(19.772)
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	-	-	(96.521)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda	-	-	(35.301)
Outros	-	-	(6.892)
Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(19.436)
Santander Cultural	-	-	(2.450)
Fundação Santander	-	-	(3.434)
Instituto Escola Brasil	-	-	(1.552)
Fundação Sudameris	-	-	(12.000)

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeek B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

(3) Refere-se ao lucro na venda da empresa MS Participações.

(4) Refere-se ao lucro na venda da Santander Brasil Asset Management.

(5) Refere-se ao lucro na venda da Santander Securities Services Brasil DTVM (Nota 3.c).

16. Outras divulgações

a) Transações e Eventos Significativos

a.1) Hedge dos investimentos no exterior

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A moeda funcional da Santander EFC é o euro, portanto, as diferenças cambiais geradas para conversão desse investimento para o real são registradas em "Outros Resultados Abrangentes". No caso da agência de Cayman, sua moeda funcional é o real. Assim, as diferenças cambiais das operações que são realizadas em dólar são registradas em resultado. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. Considerando que o efeito das variações cambiais não são tributáveis e, o efeito das variações de referidos derivativos sofrem tributação, o notional dos derivativos contratados é maior que o montante dos ativos líquidos protegidos.

No caso da Santander EFC, o Banco utiliza *Hedge Accounting (Net Investment Hedge)*. As variações do valor dos derivativos, assim como seu efeito fiscal, se registram em Outros Resultados Abrangentes, compensando as variações cambiais produzidas pela conversão do investimento para o real, quando as coberturas são efetivas.

No caso da agência nas Ilhas Cayman, o Banco não utiliza Hedge Accounting. As variações cambiais das operações em dólares e o efeitos dos derivativos utilizados na proteção econômica (contratos de futuros) são registrados em resultado. O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resultam em volatilidade no Lucro (Prejuízo) Operacional antes da Tributação e na conta de Impostos sobre renda. As variações cambiais registradas em resultados decorrentes das operações em dólares na agência de Cayman no semestre findo em 30 de setembro de 2015, resultaram em ganho de R\$14.578 milhões. Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram uma perda na conta Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros de R\$26.032 milhões. O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de Impostos sobre a renda, gerando um ganho fiscal de R\$11.455 milhões composto de R\$1.210 milhões de PIS/COFINS e R\$10.244 milhões de IR e CSLL.

a.2) Cofins

Em junho de 2015, o Banco Santander registrou a reversão de obrigações legais no montante de R\$7.950 milhões relativas a Cofins, nas rubricas "Despesas com juros e similares", no montante de R\$2.057 milhões e "Impostos sobre a renda", no montante de R\$7.950 milhões. (Nota 10-b.1). O efeito tributário foi registrado na rubrica "Impostos sobre a renda", no montante de R\$3.180 milhões.

Com a certificação do trânsito em julgado, o Banco reconheceu também o direito a compensar o Cofins pago entre o período de 1999 a 2006, na rubrica de Impostos sobre renda o montante de R\$381.597 e na rubrica Receitas com juros e similares como atualização de Impostos a compensar o montante de R\$383.560. O valor dos tributos incidentes sobre essas receitas foi de R\$306.102.

a.3) Outros itens relevantes que afetaram o resultado do período

O Banco constituiu provisões no período findo em 30 de setembro de 2015, sendo que as principais foram as seguintes: (i) perda ao valor recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$534 milhões, registrada na rubrica "Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros", (ii) de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, no valor de R\$675 milhões registrada na rubrica "Perdas com outros ativos (líquidas) - Ativos Intangíveis" e (iii) provisões para títulos e instrumentos financeiros no valor de R\$432 milhões, dos quais R\$183 milhões registrado na rubrica "Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado" e R\$249 milhões em "Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado".

a.4) Transferência entre categorias

No terceiro trimestre de 2015, em função da mudança de estratégia do Banco Santander, atendendo assim ao requerido no IAS 39, foram reclassificados da rubrica de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Instrumentos de Dívidas o montante total de R\$21.535.467, sendo que R\$10.416.005 foram transferidos para Investimentos Mantidos até o Vencimento e R\$11.119.462 para Empréstimos e Recebíveis - Instrumentos de Dívidas. O Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

b.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como "Hedge"

	30/09/2015	31/12/2014
Ativo		
Swap - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	17.841.510	5.538.082
Prêmios de Opções a Exercer	1.124.357	628.851
Contratos a Termo e Outros	1.948.573	2.560.755
Total	20.914.440	8.727.688
Passivo		
Swap - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	21.629.384	6.552.166
Prêmios de Opções Lançadas	1.007.117	569.011
Contratos a Termo e Outros	7.454.641	2.057.085
Total	30.091.142	9.178.262

(1) Inclui *swaption* e derivativos embutidos.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Negociação	30/09/2015			31/12/2014		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Swap		14.393.874	(2.656.629)		(806.706)	(332.734)
Ativo	322.483.663	41.592.225	40.994.589	284.533.034	67.310.058	67.713.764
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	37.071.079	6.856.012	8.696.915	70.772.781	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	202.411.304	-	-	83.317.134	66.825.563	67.425.070
Indexados em Índices de Preços e Juros	17.148.144	9.962.114	7.611.062	31.603.343	484.495	288.694
Moeda Estrangeira	65.842.859	24.764.251	24.695.734	98.810.878	-	-
Outros	10.277	9.848	(9.122)	28.898	-	-
Passivo	308.089.790	(27.198.351)	(43.651.218)	285.339.739	(68.116.764)	(68.046.498)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	30.215.067	-	-	101.623.563	(30.850.783)	(30.163.786)
Taxa de Juros Pré - Reais	229.609.656	(27.198.351)	(43.651.218)	16.491.571	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	7.186.030	-	-	31.118.848	-	-
Moeda Estrangeira	41.078.608	-	-	136.072.590	(37.261.712)	(37.879.212)
Outros	429	-	-	33.167	(4.269)	(3.500)
Opções	123.693.875	(18.561)	117.240	240.746.222	(5.613)	59.840
Compromissos de Compra	63.017.285	365.366	1.124.357	116.184.661	460.152	628.851
Opções de Compra Dólar	5.224.964	232.173	826.435	3.942.457	221.951	331.533
Opções de Venda Dólar	2.702.313	37.492	7.535	1.767.822	31.194	49.704
Opções de Compra Outras	14.611.250	42.142	181.267	56.931.274	119.424	153.976
Mercado Interfinanceiro	13.259.401	17.967	108.881	51.308.444	91.567	118.061
Outras ⁽¹⁾	1.351.849	24.175	72.386	5.622.830	27.857	35.915
Opções de Venda Outras	40.478.758	53.559	109.120	53.543.108	87.583	93.638
Mercado Interfinanceiro	39.317.212	23.650	11.027	49.105.277	29.788	1.335
Outras ⁽¹⁾	1.161.546	29.909	98.093	4.437.831	57.795	92.303
Compromissos de Venda	60.676.590	(383.927)	(1.007.117)	124.561.561	(465.765)	(569.011)
Opções de Compra Dólar	3.021.769	(169.507)	(728.369)	4.239.625	(280.478)	(428.681)
Opções de Venda Dólar	3.800.142	(82.535)	(39.762)	1.774.640	(22.637)	(25.163)
Opções de Compra Outras	10.843.709	(74.138)	(150.900)	54.354.491	(102.394)	(103.436)
Mercado Interfinanceiro	9.695.180	(22.140)	(109.451)	53.571.293	(64.873)	(72.078)
Outras ⁽¹⁾	1.148.529	(51.998)	(41.449)	783.198	(37.521)	(31.358)
Opções de Venda Outras	43.010.970	(57.747)	(88.086)	64.192.805	(60.256)	(11.731)
Mercado Interfinanceiro	42.214.814	(24.126)	(10.734)	60.555.093	(32.098)	(1.950)
Outras ⁽¹⁾	796.156	(33.621)	(77.352)	3.637.712	(28.158)	(9.781)

	30/09/2015			31/12/2014		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Contratos de Futuros	187.788.832	-	-	302.239.388	-	-
Posição Comprada	27.801.321	-	-	105.230.874	-	-
Cupom Cambial (DDI)	1.892.779	-	-	6.888.319	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	15.537.244	-	-	94.307.498	-	-
Moeda Estrangeira	10.368.895	-	-	3.897.223	-	-
Índice ⁽²⁾	2.403	-	-	137.834	-	-
Posição Vendida	159.987.511	-	-	197.008.514	-	-
Cupom Cambial (DDI)	76.393.459	-	-	50.378.949	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	26.780.964	-	-	57.355.214	-	-
Moeda Estrangeira	17.402.694	-	-	15.845.107	-	-
Índice ⁽²⁾	182.061	-	-	8.418	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	25.061	-	-	249.203	-	-
Taxa Média das Operações Compromissadas (OC1)	39.203.272	-	-	73.171.623	-	-
Contratos a Termo e Outros	48.727.886	(5.835.722)	(5.506.068)	46.406.749	1.853.827	503.670
Compromissos de Compra	23.073.568	41.356	25.989	20.552.988	(1.195.416)	270.611
Moedas	22.268.447	40.392	24.578	20.302.193	(1.446.211)	19.677
Outros	805.121	964	1.411	250.795	250.795	250.934
Compromissos de Venda	25.654.318	(5.877.078)	(5.532.057)	25.853.761	3.049.243	233.059
Moedas	25.599.007	(5.891.870)	(5.554.245)	25.708.788	3.290.737	474.273
Outros	55.311	14.792	22.188	144.973	(241.494)	(241.214)

(1) Inclui opções de ações, índices.

(2) Inclui índices Bovespa e S&P.

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	30/09/2015			31/12/2014	
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
Swap	130.519.634	66.627.150	125.336.879	322.483.663	284.533.034
Opções	4.577.423	615.843	118.500.609	123.693.875	240.746.222
Contratos de Futuros	-	-	187.788.832	187.788.832	302.239.388
Contratos a Termo e Outros	30.488.081	15.205.810	3.033.995	48.727.886	46.406.749

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial				30/09/2015	31/12/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Swap	20.819.457	39.233.986	262.430.220	322.483.663	284.533.034
Opções	61.018.646	60.130.510	2.544.719	123.693.875	240.746.222
Contratos de Futuros	60.771.074	76.175.392	50.842.366	187.788.832	302.239.388
Contratos a Termo e Outros	23.529.563	18.008.128	7.190.195	48.727.886	46.406.749

b.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial				30/09/2015	31/12/2014
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total	Total
Swap	155.178.694	111.500.320	55.804.649	322.483.663	284.533.034
Opções	118.426.958	4.760.746	506.171	123.693.875	240.746.222
Contratos de Futuros	187.788.832	-	-	187.788.832	302.239.388
Contratos a Termo e Outros	-	36.652.594	12.075.292	48.727.886	46.406.749

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

b.5) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* por indexador eram representados como segue:

"Hedge" de Risco de Mercado

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	30/09/2015 Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	31/12/2014 Valor de Mercado
Instrumentos de Hedge						
Contratos de Swap	170.271	(135.489)	34.782	(82.636)	(80.671)	(163.307)
Ativo	6.883.164	(37.720)	6.845.444	3.063.742	62.296	3.126.038
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽¹⁾ ^{(2) (7)}	1.917.004	4.606	1.921.610	1.513.959	1.549	1.515.508
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽²⁾	3.479.329	(52.725)	3.426.604	492.205	707	492.912
Taxa de Juros Pré - Dólar ⁽⁷⁾	53.692	1.457	55.149	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽³⁾	521.461	(37.142)	484.319	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ⁽²⁾ ^{(4) (5) (7)}	379.159	3.600	382.759	341.737	10.850	352.587
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Franco Suíço ⁽⁶⁾	-	-	-	337.352	2.628	339.980
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁷⁾	459.554	42.340	501.894	353.974	46.092	400.066
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - YEN ⁽⁸⁾	72.965	144	73.109	24.515	470	24.985
Passivo	(6.712.893)	(97.769)	(6.810.662)	(3.146.378)	(142.967)	(3.289.345)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ^{(1) (7)}	(1.453.402)	(50.638)	(1.504.040)	(1.072.586)	(82.987)	(1.155.573)
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽²⁾	(1.021.992)	(23.359)	(1.045.351)	(1.247.506)	(43.771)	(1.291.277)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁴⁾	(13.508)	(98)	(13.606)	(15.221)	(555)	(15.776)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽³⁾ ⁽⁵⁾	(3.097.548)	(4.411)	(3.101.959)	(25.975)	(900)	(26.875)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ⁽⁶⁾ ⁽⁸⁾	(5.628)	(142)	(5.770)	(373.610)	(2.810)	(376.420)
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁷⁾	(1.120.815)	(19.121)	(1.139.936)	(411.480)	(11.944)	(423.424)
Objeto de Hedge						
Ativo	2.530.454	60.222	2.590.676	2.177.702	119.205	2.296.907
Operação de Crédito	1.706.784	59.291	1.766.075	1.583.835	82.368	1.666.203
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	799.250	12.637	811.887	907.319	46.947	954.266
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	14.112	22	14.134	15.788	(423)	15.365
Indexados em Índices de Preços e Juros	884.264	47.265	931.529	421.144	32.415	453.559
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	-	-	-	24.510	600	25.110
Taxa de Juros Pré - Reais	9.158	(633)	8.525	215.074	2.829	217.903
Títulos e Valores Mobiliários	823.670	931	824.601	593.867	36.837	630.704
Debêntures	573.107	9.686	582.793	593.867	36.837	630.704
Notas Promissória - NP	250.563	(8.755)	241.808	-	-	-

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	30/09/2015 Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	31/12/2014 Valor de Mercado
Passivo	(3.574.873)	100.889	(3.473.984)	(364.166)	(2.826)	(366.992)
Obrigações por Empréstimos no Exterior	(3.538.416)	101.142	(3.437.274)	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(3.538.416)	101.142	(3.437.274)	-	-	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	(36.457)	(253)	(36.710)	(364.166)	(2.826)	(366.992)
<i>Eurobonds</i>	(36.457)	(253)	(36.710)	(364.166)	(2.826)	(366.992)

(1) Instrumentos cujos objetos de hedge são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$1.378.834 (31/12/2014 - R\$954.266) e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$91.549 (31/12/2014 - R\$82.819).

(2) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em índices de preços e juros no valor de R\$931.529 (31/12/2014 - R\$453.559) e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$491.244 (31/12/2014 - R\$547.885).

(3) Instrumentos cujos objetos de hedge são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$14.134 (31/12/2014 - R\$15.365).

(4) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$199.783 (31/12/2014 - R\$25.110).

(5) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações com títulos e valores mobiliários no exterior - eurobonds com valor de mercado de R\$36.710 (31/12/2014 - R\$366.992)

(6) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados com taxas de juros pré fixados em Reais com valor de mercado de R\$8.525 (31/12/2014 - R\$217.903).

(7) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações por empréstimos no exterior indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$3.437.274 e instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxas de juros pré - reais com valor de mercado de R\$42.025.

"Hedge" de Fluxo de Caixa

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	30/09/2015 Valor de Mercado
Instrumentos de Hedge			
Contratos de Swap	(1.124.400)	(41.625)	(1.166.027)
Ativo	8.145.923	50.618	8.196.539
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	1.265.157	14.328	1.279.485
Indexados com Taxa de Juros Pré - Peso Chileno ⁽²⁾	308.266	3.988	312.254
Indexados em Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁴⁾	3.764.552	(25.893)	3.738.659
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	2.312.097	21.264	2.333.360
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁶⁾	495.851	36.931	532.781
Passivo	(9.270.323)	(92.243)	(9.362.566)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾	(6.675.787)	(39.745)	(6.715.532)
Indexados em Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁵⁾	(191.723)	135.978	(55.745)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro ⁽⁵⁾	(1.786.660)	(143.555)	(1.930.215)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	(547.541)	(42.480)	(590.021)
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁶⁾	(68.612)	(2.441)	(71.053)

	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	31/12/2014 Valor de Mercado
Instrumentos de Hedge			
Contratos de Swap	(409.365)	(108.678)	(518.043)
Ativo	3.820.303	128.759	3.949.062
Indexados em Moeda Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	599.818	20.210	620.028
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	100.804	4.624	105.428
Indexados em Reais ⁽³⁾	1.278.611	(36.351)	1.242.260
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	935.787	97.890	1.033.677
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁵⁾	905.283	42.386	947.669
Passivo	(4.229.668)	(237.437)	(4.467.105)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾	(2.451.465)	(63.132)	(2.514.597)
Indexados em Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁴⁾	(104.950)	(15.444)	(120.394)
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁴⁾	(659.231)	(108.193)	(767.424)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁵⁾	(487.865)	(40.440)	(528.305)
Indexados em Moeda Estrangeira - Reais ⁽⁵⁾	(526.157)	(10.228)	(536.385)

	30/09/2015	31/12/2014
Instrumentos de Hedge		
Contratos de Futuros	Valor de Referência	Valor de Referência
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	57.256.769	16.053.248

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	30/09/2015	31/12/2014
Objeto de Hedge - Valor da Curva		
Ativo	38.890.714	17.678.432
Operações de Crédito		
Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	37.353.964	15.999.182
Operações de Crédito	641.421	1.023.468
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda		
Títulos da Dívida Externa Brasileira	895.329	655.782
Passivo	(1.990.377)	(1.960.197)
Eurobonds	(1.990.377)	(1.960.197)

(1) Operações com vencimento em 12 de abril de 2016 (31/12/2014 - operações com vencimento em 4 de março de 2015 e 12 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(2) Operação com vencimento em 13 de abril de 2016 (31/12/2014 - operação com vencimento em 13 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(3) Em 30 de junho de 2014, operação com vencimento em 24 de dezembro de 2014, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(4) Operações com vencimento em 18 de março de 2016 (31/12/2014 - operação com vencimento em 18 de março de 2015, 18 de setembro de 2015 e 18 de março de 2016), cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(5) Operações com vencimento em 26 de outubro de 2015, 18 de março de 2016 e 1 de abril de 2021 (31/12/2014 - operação com vencimento em 26 de outubro de 2015 e 1 de abril de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por nota promissória e título da dívida externa brasileira e operações de crédito.

(6) Operações com vencimento entre Agosto de 2016 a junho de 2021 (31/12/2014 - operações com vencimento entre maio de 2015 a junho de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira e operações de crédito.

(7) Operações com vencimento em 30 de outubro de 2015 a 02 de Janeiro de 2017 (31/12/2014 - operação com vencimento em 2 de fevereiro de 2015) e valor atualizado dos instrumentos de R\$37.356.936 (31/12/2014 - R\$15.991.293), cujo objeto de "hedge" são as operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação.

Entre julho e setembro de 2014 foram contratadas operações de "hedge" contábil de fluxo de caixa, tendo como objeto de "hedge" certificados de depósitos bancários (CDB). Em outubro de 2014 essa estrutura foi descontinuada. O efeito da marcação a mercado destes contratos de futuros já líquido dos efeitos tributários que será reconhecido no resultado e que se encontra destacado no patrimônio líquido corresponde a um crédito no valor de R\$21.697 (31/12/2014 - R\$83.399) que será amortizado nos próximos 12 meses.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros corresponde a um débito no valor de R\$94.034 (31/12/2014 - corresponde a um débito no valor de R\$77.261) está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

"Hedge" de Investimento

Em 30 de setembro de 2015, o Banco possui registrada uma operação de hedge de investimento sobre sua participação acionária na Santander EFC, com valor referencial de R\$3.376.153, com vencimento entre dezembro de 2015 a fevereiro de 2016 e o efeito de R\$944.182 da variação cambial contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

b.6) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	30/09/2015	31/12/2014
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	423.978	1.135.366
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.142.445	4.688.978
Notas do Tesouro Nacional - NTN	754.755	1.763.751
Total	11.321.178	7.588.095

c) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de setembro de 2015.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(5.811)	(252.763)	(505.526)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(4.332)	(72.021)	(144.043)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(910)	(5.259)	(10.519)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(73)	(25.765)	(51.530)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(13.279)	(331.985)	(663.970)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(206)	(1.077)	(2.154)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(365)	(9.677)	(19.354)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(474)	(11.848)	(23.696)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(26.033)	(141)	(283)
Total ⁽¹⁾		(51.483)	(710.536)	(1.421.075)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de 10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	(101.474)	(2.704.520)	(5.154.001)
Taxa Referencial e TJLP	Exposições sujeitas à variação de cupons de TR e TJLP	(13.281)	(392.077)	(687.323)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(367)	(2.959)	(4.658)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à variação da taxa do cupom de dólar	(4.246)	(41.015)	(68.544)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(4.144)	(7.949)	(16.255)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(13.432)	(216.808)	(409.861)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(1.124)	(28.104)	(56.207)
Total ⁽¹⁾		(138.068)	(3.393.432)	(6.396.849)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

d) Fundos gerenciados não registrados no balanço

O Banco Santander possui fundos sob gestão, os quais não possui participação significativa, não atua como "principal" e não possui participação acionária. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório. Ademais, o Banco atua como gestor dos fundos na análise de regime de remuneração, os quais são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, não indica que o gestor dos fundos atua como "principal" (Nota 2.w).

Os fundos gerenciados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/09/2015	31/12/2014
Fundos sob gestão	7.236.670	4.591.810
Total	7.236.670	4.591.810

e) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$256.750.662 e R\$398.499.007, respectivamente.

f) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Em milhares de Reais					30/09/2015
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no Mercado Aberto	19.173.455	19.173.455	-	19.173.455	-
Investimentos Mantidos até o Vencimento	10.416.005	9.747.832	5.937.801	3.810.031	-
Empréstimos e recebíveis:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	53.031.485	52.983.603	-	52.983.603	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	254.108.804	254.014.762	-	254.014.762	-
Empréstimos e recebíveis - Instrumentos de dívida	11.119.462	10.622.032		10.622.032	
Total	318.259.751	317.620.397	-	317.620.397	-

Em milhares de Reais					31/12/2014
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações no Mercado Aberto	16.212.907	16.212.907	-	16.212.907	-
Empréstimos e recebíveis:					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	28.917.397	28.878.632	-	28.878.632	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	235.690.349	235.086.295	-	235.086.295	-
Total	264.607.746	263.964.927	-	263.964.927	-

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Em milhares de Reais					30/09/2015
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	80.264.541	80.279.948	-	80.279.948	-
Depósitos de clientes ^(*)	244.580.099	244.754.124	-	-	244.754.124
Obrigações por títulos e valores mobiliários	94.296.697	95.559.013	-	95.559.013	-
Dívidas subordinadas	7.818.148	7.871.667	-	7.871.667	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	10.043.077	10.043.077	-	10.043.077	-
Outros passivos financeiros	21.808.439	21.808.439	-	-	21.808.439
Total	458.811.001	460.316.268	-	193.753.705	266.562.563

Em milhares de Reais					31/12/2014
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros ao custo amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito	63.674.201	63.698.255	-	63.698.255	-
Depósitos de clientes ^(*)	220.644.019	220.800.026	-	-	220.800.026
Obrigações por títulos e valores mobiliários	70.355.249	71.058.657	-	71.058.657	-
Dívidas subordinadas	7.294.077	7.382.396	-	7.382.396	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	6.773.312	6.773.312	-	6.773.312	-
Outros passivos financeiros	23.445.735	23.445.735	-	-	23.445.735
Total	392.186.593	393.158.381	-	148.912.620	244.245.761

(*) Para esses efeitos, o valor justo dos depósitos à vista de clientes, incluídos em depósitos de clientes, é considerado como sendo igual aos seus valores contábeis.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Aplicações financeiras de curto prazo - As aplicações financeiras de curto prazo incluem as aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo.
- Operações de crédito – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos.
- Depósitos – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.
- Obrigações por empréstimos de longo prazo – Os valores justos de obrigações por empréstimos de longo prazo foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas abaixo:

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2: As informações observáveis, que não os preços de Nível 1, inclui os preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos e preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos;
- Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. O Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas de juros geradas conforme modelo próprio.

g) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IAS 34, mas está sendo apresentada como informação complementar, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e preparada de acordo com o IAS 34.

	01/01 a 30/09/2015		01/01 a 30/09/2014	
Receitas com juros e similares	51.915.971		43.028.449	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	6.951.161		6.276.083	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(9.267.909)		(8.540.861)	
Outras Receitas e Despesas	(5.539.705)		(249.781)	
Despesas com juros e similares	(27.512.630)		(22.574.683)	
Insumos de Terceiros	(5.425.538)		(4.324.734)	
Material, Energia e Outros	(384.142)		(371.443)	
Serviços de Terceiros	(3.252.252)		(3.398.331)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(1.242.949)		11.480	
Outros	(546.195)		(566.440)	
Valor Adicionado Bruto	11.121.350		13.614.473	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(1.166.666)		(989.053)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	9.954.684		12.625.420	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	81.953		67.575	
Valor Adicionado Total a Distribuir	10.036.637		12.692.995	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	5.405.716	53,9%	4.610.724	36,3%
Remuneração	3.538.708		3.374.786	
Benefícios	949.564		865.824	
FGTS	763.197		232.791	
Outras	154.247		137.323	
Impostos, Taxas e Contribuições	(4.216.111)	-42,0%	3.278.733	25,8%
Federais	(4.577.866)		3.235.253	
Estaduais	529		756	
Municipais	361.226		42.724	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	560.050	5,6%	524.263	4,1%
Remuneração de Capitais Próprios	8.286.982	82,6%	4.279.275	33,7%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	3.200.000		740.193	
Reinvestimentos de Lucros	5.056.672		3.480.571	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	30.310		58.511	
Total	10.036.637	100,0%	12.692.995	100,0%

17. Informações complementares – Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

	Nota Explicativa	30/09/2015	30/09/2014	31/12/2014
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		57.601.587	58.312.898	57.320.685
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:				
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	a	(110.941)	(1.027)	(188.803)
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	b	36.849	34.204	34.852
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	c	123.669	128.503	128.080
Transferências de categoria	d	781.563	-	-
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	e	312.779	265.073	273.275
Reversão da amortização do ágio	f	23.075.710	19.790.917	20.733.974
Realização dos ajustes do preço de compra	g	817.767	893.526	874.738
Reconhecimento de valor justo na alienação parcial em participações controladas	h	112.052	112.052	112.052
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	i	(1.017.000)	(950.000)	(950.000)
Outros		15.025	(22.892)	(35.733)
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		81.749.060	78.563.254	78.303.120
Participações não-controladoras em IFRS		415.880	410.695	380.173
Patrimônio líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		82.164.940	78.973.949	78.683.293

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/07 a 30/09/2015	01/07 a 30/09/2014	01/01 a 30/09/2015	01/01 a 30/09/2014
Lucro líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		1.266.336	536.829	5.831.076	1.582.751
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos, quando aplicável:					
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	a	(822)	(1.927)	(2.244)	1.144
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	b	(4.963)	(7.875)	(19.607)	(27.253)
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	c	224	10.068	(4.411)	37.421
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	e	7.944	(4.367)	39.504	(19.255)
Reversão da amortização do ágio	f	445.629	927.237	2.341.736	2.745.730
Realização dos ajustes do preço de compra	g	(18.991)	(18.787)	(56.972)	(56.363)
Plano de Otimização do Patrimônio de Referência		-	(107.912)	-	-
Outros		(3.988)	(20.361)	127.590	(43.411)
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		1.691.369	1.312.905	8.256.672	4.220.764
Participações não-controladoras em IFRS		25.916	10.110	30.310	58.511
Lucro líquido (incluindo participações não-controladoras) em IFRS		1.717.285	1.323.015	8.286.982	4.279.275

a) Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Segundo o BRGAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. No IFRS, em conformidade com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", ativos financeiros podem ser mensurados ao valor justo e incluídos na categoria "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado", visando eliminar ou reduzir significativamente o descasamento contábil (*accounting mismatch*) de reconhecimento ou mensuração derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, os quais são geridos e seus desempenhos avaliados com base no valor justo. Desta forma, o Banco classificou os empréstimos, financiamentos e depósitos, que atendem esses parâmetros, como sendo a "valor justo através do resultado", como também certos instrumentos de dívidas classificados como "disponível para venda" no BRGAAP. O Banco optou por essa base de classificação no IFRS, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

b) Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda:

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns Investimentos, como por exemplo, em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Na ocasião de elaboração deste balanço, a administração revisou a estratégia de gestão dos seus Investimentos e de acordo com as premissas da Circular 3.068 do Banco Central, foram reclassificados títulos de dívida para categoria "negociação" com registro do seu valor justo através do resultado. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado esses Investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor justo com as alterações reconhecidas nas "Demonstrações consolidadas de resultado abrangente", dentro do escopo do IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que não permite reclassificação de nenhum instrumento financeiro para a categoria valor justo através do resultado após o reconhecimento inicial.

c) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

No resultado refere-se ao ajuste decorrente da estimativa de perdas sobre a carteira de empréstimos e recebíveis, que foi apurada com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação, de acordo com a orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen.

d) Transferências de categorias

A norma internacional IAS 39 permite a reclassificação da categoria "disponível para venda" para "mantido até o vencimento" a qualquer momento, desde de que a entidade tenha a intenção e a capacidade de manter o ativo financeiro nessa categoria. No entanto, para fins de livros locais (BRGAAP), conforme dispõe o art. 5º da Circular BACEN 3.068, a reavaliação quanto à classificação em categorias dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração das Demonstrações Financeiras semestrais.

e) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método da taxa de juros efetiva:

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

f) Reversão da amortização do ágio:

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de até 10 anos e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer redução no valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil. A amortização fiscal do ágio do Banco Real representa uma diferença entre a base contábil e fiscal de natureza permanente e definitiva pois a possibilidade de utilização de recursos futuros para liquidação de uma obrigação fiscal é considerada remota pela Administração, corroborada por opinião de assessores externos especializados. A amortização fiscal do ágio é permanente e definitiva e, portanto, não se aplica o reconhecimento de um passivo fiscal diferido nos termos do disposto no IAS 12 - Imposto sobre a renda, relativo às diferenças temporárias.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Realização dos ajustes do preço de compra:

Como parte da alocação do preço de compra na aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 “Combinações de Negócios”, o Banco reavaliou os ativos e passivos da adquirida a valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BRGAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos são mantidos pelo seu valor contábil. Os ajustes da alocação do preço de compra referem-se, substancialmente, aos seguintes itens:

- Apropriação relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos. O registro inicial do valor dos empréstimos a valor justo resultou em um ajuste na curva de remuneração da carteira em comparação com o seu valor nominal, o qual é apropriado pelo respectivo prazo médio de realização.
- Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada desses ativos.

h) Reconhecimento do Valor Justo na alienação parcial em participações em controladas

Segundo o IFRS, em consonância com o IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, na alienação parcial de uma participação permanente, é reconhecido o valor justo sobre a parcela remanescente. Segundo o BRGAAP, neste tipo de operação, a participação permanente é mantida pelo seu valor contábil.

i) Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet S.A. e do Banco Bonsucesso uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. e do Banco Bonsucesso por eles detidas. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro pelo compromisso assumido, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$950 milhões e R\$67 milhões respectivamente. Foi também registrado o total de R\$240 milhões em contrapartida de Participações não-Controladoras na operação com o Banco Bonsucesso.

ANEXO I – SUBSIDIÁRIAS DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Participação %		Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)
		Direta	Direta e Indireta		
Banco Bandepe S.A.	Banco	100,00%	100,00%	3.153.142	205.363
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	78,57%	99,99%	5.369.873	360.395
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	100,00%	100,00%	1.771.889	525.020
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	100,00%	100,00%	162.912	15.998
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A.	Microcrédito	100,00%	100,00%	23.046	935
Santander Brasil Advisory Services S.A.	Outras atividades	96,52%	96,52%	14.566	1.140
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁰⁾	Securitizadora	100,00%	100,00%	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (atual denominação social da CRV DTVM) ⁽²⁾	Distribuidora	-	-	-	105.288
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	99,99%	100,00%	446.691	63.076
Santander Participações S.A. ⁽³⁾	Holding	100,00%	100,00%	1.658.769	(170.029)
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (atual denominação social da Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet) ⁽⁶⁾	Outras atividades	88,50%	88,50%	1.438.324	217.919
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%	327.141	33.608
Mantiq Investimentos Ltda.	Outras Atividades	100,00%	100,00%	7.003	2.628
Santander Brasil EFC	Financeira	100,00%	100,00%	3.469.031	23.443
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros	Corretora de Seguros	60,65%	60,65%	580.152	1.193
Controlada da Santander Serviços					
Webcasas S.A.	Outras atividades	-	100,00%	20.206	(296)
Controladas da Getnet S.A. ⁽⁴⁾					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT) ⁽⁴⁾	Outras atividades	-	100,00%	9.547	1.873
Integrity Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integrity Tecnologia) ⁽⁴⁾	Outras atividades	-	100,00%	(47)	(81)
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale) ⁽⁴⁾	Outras atividades	-	100,00%	1.583	1.543
Transacciones Electrónicas Pos Móvil S.A. (Pos Móvil) ⁽⁵⁾	Outras atividades	-	100,00%	-	(3.167)
Controlada da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	-	100,00%	245.675	75.913
Evidence Previdência S.A. ⁽¹⁾	Previdência	-	100,00%	143.518	(42.461)
Controlada da Aymoré CFI ^{(7) (8)}					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super) ⁽⁷⁾	Outras atividades	-	50,00%	30.960	(3.124)
Banco Bonsucesso Consignado S.A. ⁽⁸⁾	Banco	-	60,00%	614.615	19.455
Controlada do Banco Bonsucesso ⁽⁸⁾					
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. ⁽⁸⁾	Outras atividades	-	100,00%	3.438	(5.972)
BSI Informática Ltda. ⁽⁸⁾	Outras atividades	-	100,00%	6.943	6.108

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Participação % Direta Direta e Indireta	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company ^{(a) (9)}	Securitização	- (a) (10)	-	-
Santander FIC FI Contract I Referenciado DI ^(a)	Fundo de Investimento	- (a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado ^(a)	Fundo de Investimento	- (a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior ^(a)	Fundo de Investimento	- (a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior ^(a)	Fundo de Investimento	- (a)	-	-
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado ^(a)	Fundo de Investimento	- (a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior ^(a)	Fundo de Investimento	- (a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo ^(a)	Fundo de Investimento	- (a)	-	-
Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa ^(a)	Fundo de Investimento	- (a)	-	-
Santander Paraty QIF PLC ^(a)	Fundo de Investimento	- (a)	-	-

(a) Companhia sobre a qual o Banco está exposto, ou tem direito, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Banco Santander e suas controladas detem 100% das cotas destes Fundos de Investimento.

(1) Na AGE de 5 de dezembro de 2014, foi aprovado um aumento no capital social pela Sancap no valor de R\$140.000, mediante a emissão de 7.000.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, passando o capital social dos atuais R\$45.000 para R\$185.000. Em 29 de janeiro de 2015, foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, a transferência da Carteira de Fundo Garantir de Benefícios – FGB da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a sociedade Evidence Previdência S.A. Em 2 de fevereiro de 2015, os ativos e reservas da referida Carteira foram transferidos e passaram a ser geridos pela Evidence.

(2) Investimento alienado em agosto de 2015 (Nota 3.c).

(3) Na AGE de 7 de janeiro de 2015, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$149.000, passando o capital social de R\$1.551.000 para R\$1.700.000, mediante a emissão de 360.348 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander em moeda corrente nacional.

(4) Empresas indiretamente adquiridas através da operação de aquisição da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet S.A. (atual denominação social da Santander Getnet).

(5) A Pos Móvil em razão do fim de seu prazo de duração foi dissolvida conforme nota publicada no Diário Oficial De La Republica de Chile em 21 de agosto de 2015 confirmando a dissolução da Sociedade.

(6) A Go Pay Comércio e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. foi incorporada pela Getnet S.A. em 30 de abril de 2015.

(7) Investimento adquirido em 12 de dezembro de 2014. Na AGE de 15 de dezembro de 2014, foi aprovada a redução do capital social, de forma a ajustá-lo ao valor das importâncias efetivamente integralizadas, o qual passa de R\$51.128 para R\$49.451, sendo a referida redução no valor de R\$1.677, sem cancelamento de ações, e sem restituição de quaisquer valores aos acionistas, observado o disposto na legislação aplicável.

(8) Empresas indiretamente adquiridas através da operação de aquisição do Banco Bonsucesso (Nota 3.a).

(9) A Brazil Foreign foi encerrada no dia 27 de abril de 2015, de acordo com o *Certificate of Dissolution* emitida pela *Registrar of Companies* das Ilhas Cayman em 29 de janeiro de 2015.

(10) O capital social da empresa é de R\$100,00 composto por 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acordo para a Aquisição de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a Consequente Criação de uma Parceria

No dia 24 de julho de 2015, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance (“Banque PSA”) e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos vinculativos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil. O principal veículo da cooperação financeira será o Banco PSA Finance Brasil S.A. que passará a ser detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A operação engloba ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A., cujo preço será equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias e concorrenciais pertinentes.

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativo ao período findo em 30 de setembro de 2015, elaboradas de acordo com o IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual nome do IFRIC) (IFRS).

1) Conjuntura Econômica

No terceiro trimestre de 2015, a atividade bancária do Brasil se desenvolveu em um ambiente de contração econômica e taxas de juros mais elevadas a fim de conter a inflação e a forte depreciação do Real frente ao Dólar.

A taxa Selic atingiu 14,25%, alta de 250 bps frente à estabelecida ao final de 2014, de 11,75%. A ação de política monetária juntamente com medidas de aperto fiscal devem ajudar a conter a inflação no próximo ano. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) alcançou 9,53% em agosto, acima do teto da meta que é 6,5%.

O mercado de trabalho segue em processo de deterioração, iniciado no primeiro trimestre de 2015, com a taxa de desemprego subindo para 7,6% em agosto/2015 em comparação com 5,0% registrada em agosto/2014.

A carteira de crédito do sistema cresceu 9,6% no mês de agosto de 2015 na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No primeiro semestre, a taxa de crescimento estava em torno de 10,5%. Essa desaceleração pode ser observada tanto no crédito com recursos direcionados, cujo crescimento cedeu para 14,7% ao ano, quanto no crédito com recursos livres, que cresceu apenas 5,2% entre agosto de 2014 e agosto de 2015. A carteira dos bancos públicos aumentou 14,3% em doze meses, enquanto a dos bancos privados se expandiu em 4,3%.

2) Desempenho
2.1) Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (R\$Milhões)	9M15	9M14	variação anual %	3T15	2T15	variação no período %
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS ^(b)	24.403	20.454	19,31	7.756	9.410	-17,58
Receitas de instrumentos de patrimônio	96	173	-44,51	15	74	-79,73
Resultado de equivalência patrimonial	82	68	20,59	26	24	8,33
Comissões líquidas	6.951	6.276	10,76	2.398	2.299	4,31
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) +						
Variações cambiais (líquidas) ^{(a) (c)}	(11.536)	64	-18.125,00	(7.967)	1.129	-805,67
Outras receitas (despesas) operacionais	(194)	(373)	-47,99	13	(118)	-111,02
TOTAL DE RECEITAS	19.802	26.662	-25,73	2.241	12.818	-82,52
Despesas administrativas e pessoal	(10.526)	(10.168)	3,52	(3.634)	(3.483)	4,34
Depreciação e amortização	(1.167)	(989)	18,00	(359)	(412)	-12,86
Provisões (líquidas)	(3.182)	(1.399)	127,45	(1.062)	(1.536)	-30,86
Perdas com ativos financeiros e com outros ativos (líquidas) ^(c)	(10.511)	(8.530)	23,22	(3.435)	(4.437)	-22,58
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes						
mantidos para venda ^(d)	781	76	-	754	25	-
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não						
classificados como operações descontinuadas	75	11	-	9	4	125,00
Lucro/Prejuízo operacional antes da tributação	(4.728)	5.663	-183,49	(5.486)	2.979	-284,16
Imposto de renda ^{(a) (b)}	13.015	(1.384)	-1.040,39	7.203	1.954	268,63
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO	8.287	4.279	93,67	1.717	4.933	-65,19

O Banco Santander apresentou no terceiro trimestre de 2015, um resultado de R\$1.717 milhão.

As outras despesas administrativas totalizaram R\$4.852 milhões e R\$4.913 milhões em 30 de setembro de 2015 e 2014 respectivamente. As despesas com pessoal totalizaram R\$5.674 milhões e R\$5.255 milhões em 30 de setembro de 2015 e 2014 respectivamente. As outras despesas administrativas apresentaram uma redução de 1,2% e as despesas com pessoal apresentaram um aumento de 8% na comparação interanual.

Como resultado, o índice de eficiência, calculado por meio da divisão das despesas gerais no valor de R\$10.527 milhões pela receita total de R\$19.802 milhões, atingiu 53,2% no período.

Principais variações que afetaram o resultado e o balanço do período
a) Hedge dos investimentos no exterior

O total de impostos inclui imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins. Em 30 de setembro de 2015, os impostos sobre a renda atingiram um crédito de R\$13.015 milhões, considerando o efeito do *hedge* fiscal de Cayman, o imposto atinge uma despesa de R\$1.561 milhões.

A moeda funcional da Santander EFC é o Euro, portanto, as diferenças cambiais geradas para conversão desse investimento para o Real são registradas em "Outros Resultados Abrangentes". No caso da agência de Cayman, sua moeda funcional é o Real. Assim, as diferenças cambiais das operações que são realizadas em Dólar são registradas em resultado. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. Considerando que o efeito das variações cambiais não são tributáveis e, o efeito das variações de referidos derivativos sofrem tributação, o notional dos derivativos contratados é maior que o montante dos ativos líquidos protegidos.

No caso da Santander EFC, o Banco utiliza *Hedge Accounting (Net Investment Hedge)*. As variações do valor dos derivativos, assim como seu efeito fiscal, se registram em Outros Resultados Abrangentes, compensando as variações cambiais produzidas pela conversão do investimento para o Real, quando as coberturas são efetivas.

**BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**

No caso da agência nas Ilhas Cayman, o Banco não utiliza Hedge Accounting. As variações cambiais das operações em dólares e o efeitos dos derivativos utilizados na proteção econômica (contratos de futuros) são registrados em resultado. O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resultam em volatilidade no Lucro (Prejuízo) Operacional antes da Tributação e na conta de Impostos sobre renda. As variações cambiais registradas em resultados decorrentes das operações em dólares na agência de Cayman no semestre findo em 30 de setembro de 2015, resultaram em ganho de R\$14.578 milhões. Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram uma perda na conta Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros de R\$26.032 milhões. O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de Impostos sobre a renda, gerando um ganho fiscal de R\$11.455 milhões composto de R\$1.210 milhões de PIS/COFINS e R\$10.244 milhões de IR e CSLL.

Em função dos efeitos acima, o resultado operacional antes dos impostos do período findo em 30 de setembro de 2015, foi negativo em R\$4.728 milhões, desconsiderando o efeito do *Hedge* seria de um resultado operacional antes dos impostos positivo em R\$6.726 milhões.

b) Cofins

O Banco Santander informou que o Supremo Tribunal Federal (STF) negou por unanimidade, na sessão plenária de 28 de maio de 2015, seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal referente à Cofins (Lei 9.718/98), o qual pretendia reformar anterior decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander.

Com base na decisão do STF, o Banco Santander registrou a reversão de obrigações legais no montante de R\$7.950 milhões relativas a Cofins no semestre findo em 30 de junho de 2015, nas rubricas "Despesas com juros e similares", no montante de R\$2.057 milhões e "Impostos sobre a renda", no montante de R\$5.893 milhões. O efeito tributário foi registrado na rubrica "Impostos sobre a renda", no montante de R\$3.180 milhões.

Com a certificação do trânsito em julgado, o Banco reconheceu também o direito a compensar o Cofins pago entre o período de 1999 a 2006, na rubrica de Impostos sobre renda o montante de R\$382 milhões e na rubrica Receitas com juros e similares como atualização de Impostos a compensar o montante de R\$384 milhões. O valor dos tributos incidentes sobre essas receitas foi de R\$306 milhões.

c) Outros itens relevantes que afetaram o resultado do período

O Banco constituiu provisões no período findo em 30 de setembro de 2015, sendo que as principais foram as seguintes: (i) perda ao valor recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$534 milhões, registrada na rubrica "Perdas com outros ativos (líquidas) - Outros", (ii) de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, no valor de R\$675 milhões registrada na rubrica "Perdas com outros ativos (líquidas) - Ativos Intangíveis" e (iii) provisões para títulos e instrumentos financeiros no valor de R\$432 milhões, dos quais R\$183 milhões registrado na rubrica "Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado" e R\$249 milhões em "Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado".

d) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., no valor de R\$859 milhões, nos termos do informado ao mercado no dia 19 de junho de 2014.

A operação gerou um ganho de R\$ 751 milhões antes dos impostos, registrado na rubrica Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda.

Análise de Resultado por Segmento

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio Corporate Banking gerenciado globalmente com base no Global Relationship Model - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio do Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

RESULTADO POR SEGMENTO (R\$Milhões)	9M15	9M14	% sob lucro antes dos impostos	3T15	% sob lucro antes dos impostos	variação anual %
Banco Comercial ⁽¹⁾	(6.784)	3.686	65,09	(6.072)	110,68	-284,05
Banco de Atacado Global	2.056	1.977	34,91	586	-10,68	-63,69
Lucro Antes dos Impostos	(4.728)	5.663	100,00	(5.486)	100,00	-183,49

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos. Ajustado para lucros no montante de R\$11.454.511 devido aos efeitos da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar em 30 de setembro de 2015, o Lucro antes da Tributação para o segmento Banco Comercial foi de R\$4.670.376.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$Milhões)	Set/15	Set/14	variação anual %	Dez/14	variação no período %
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	77.911	60.748	28,25	55.904	39,37
Ativos financeiros para negociação	57.452	52.968	8,47	56.014	2,57
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	2.243	1.529	46,70	997	124,97
Ativos financeiros disponíveis para venda	67.318	47.287	42,36	75.164	-10,44
Investimentos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	10.417	-	0,00	-	0,00
Empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	318.260	266.061	19,62	264.608	20,28
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	1.240	252	392,06	213	482,16
Ativos não correntes mantidos para venda	940	646	45,51	930	1,08
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.085	1.031	5,24	1.023	6,06
Créditos tributários	34.186	22.892	49,34	23.020	48,51
Outros ativos	3.306	5.543	-40,36	5.066	-34,74
Ativos tangíveis	6.771	6.671	1,50	7.071	-4,24
Ativos intangíveis	30.045	30.288	-0,80	30.221	-0,58
TOTAL DO ATIVO	611.174	495.916	23,24	520.231	17,48
Passivos financeiros para negociação	44.190	17.549	151,81	19.570	125,80
Passivos financeiros ao custo amortizado	458.812	369.623	24,13	392.187	16,99
Derivativos utilizados como <i>hedge</i>	2.371	851	178,61	894	165,21
Provisões	11.013	10.031	9,79	11.127	-1,02
Passivos fiscais	5.719	13.713	-58,30	12.423	-53,96
Outras obrigações	6.904	5.175	33,41	5.347	29,12
TOTAL DO PASSIVO	529.009	416.942	26,88	441.548	19,81
Total do patrimônio líquido	82.165	78.974	4,04	78.683	4,43
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	611.174	495.916	23,24	520.231	17,48

Captações

O total de captações (Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de Clientes, Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital), atingiu R\$437.003 milhões em 2015 e R\$346.783 milhões em setembro de 2014, apresentando um crescimento de 26,0%.

Transferência entre categorias ⁽¹⁾

No terceiro trimestre de 2015, em função da mudança de estratégia do Banco Santander, atendendo assim ao requerido no IAS 39, foram reclassificados da rubrica de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Instrumentos de Dívidas o montante total de R\$21.536 milhões, sendo que R\$10.417 milhões foram transferidos para Investimentos Mantidos até o Vencimento e R\$11.119 milhões para Empréstimos e Recebíveis - Instrumentos de Dívidas. O Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

2.3) Carteira de crédito

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (R\$Milhões)	Set/15	Set/14	variação anual %	Dez/14	variação no período %
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	53.204	44.328	20,02	29.060	83,09
Perda de valor recuperável (impairment)	(173)	(143)	20,98	(142)	21,59
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquido	53.031	44.185	20,02	28.917	83,39
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	269.365	235.402	14,43	249.111	8,13
Perda de valor recuperável (impairment)	(15.256)	(13.526)	12,79	(13.421)	13,68
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	254.109	221.876	14,53	235.690	7,81
Instrumentos de dívida (bruto)	11.120	-	0,00	-	0,00
TOTAL EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	318.260	266.061	19,62	264.608	20,28

Perdas de valor recuperável

A despesa para perdas de empréstimos e adiantamentos, incluindo a recuperação de receita total, somou R\$9.084 milhões e R\$8.541 milhões no período findo em 30 de setembro de 2015 e de 2014, respectivamente, apresentando um aumento de 6,4%.

2.4) Patrimônio Líquido

Em setembro de 2015, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 4,0% na comparação interanual e uma redução de 4,4% no trimestre.

A variação do patrimônio líquido no ano de 2015 é decorrente, principalmente, pelo destaque dos dividendos no montante de R\$3.200 milhões, ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$1.551 milhões e do lucro líquido do período no montante de R\$8.287 milhões.

Em 2015, foram adquiridas 8.886.200 Units e pagas 4.399.515 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 30 de setembro de 2015 é de 21.017.862 Units (31/12/2014 - 16.531.177 Units), equivalente a R\$299 milhões (31/12/2014 - R\$230 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$11,01, R\$14,10 e R\$18,51. Em 2015, foram adquiridas 57.100 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 13.137.665 ADRs, no montante atual de R\$323 milhões (31/12/2014 - R\$215 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US\$4,37, US\$5,52 e US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 30 de setembro de 2015 era de R\$16,61 por Unit e US\$3,15 por ADR. No período findo em 30 de setembro de 2015, devido ao Plano de Otimização do PR, foram registrados custos de emissão no valor de R\$83 mil (31/12/2014 - R\$45 mil), totalizando R\$622 milhões (31/12/2014 - R\$446 milhões) de ações em tesouraria.

No período findo em 30 de setembro de 2015, foram destacados dividendos no valor de R\$3.200 milhões, conforme quadro a seguir:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$Milhões)	Set/15	Set/14	Dez/14
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	690,0
Dividendos Intermediários	3.050,0	99,8	99,8
Dividendos Intercalares	150,0	740,2	740,2
Total	3.200,0	840,0	1.530,0

2.4. a) Plano de Otimização do Patrimônio de Referência

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander ("Plano de Otimização do PR"). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às recentes normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR contemplou os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6.000.000, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital, avaliados como instrumentos compostos, para compor o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). O pagamento da restituição de recursos aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos desde 15 de janeiro de 2014.

Emissão de Notas

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notas), em Dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$6.000.000. A emissão das Notas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014; (e) Discricionariedade: o Banco Santander pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período ilimitado e sem direito de acumulação, sem que a referida suspensão seja considerada como evento de default (f) Subordinação: no caso de insolvência, sua liquidação financeira está subordinada a todos os instrumentos de capital Nível II. As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Bacen emitiu aprovação para que as Notas componham o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander desde a data de sua emissão.

Bonificação e Grupamento de Ações

Com o objetivo de eliminar a negociação em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentar a liquidez e reduzir os custos de transação, em 18 de março de 2014, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram: (i) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para os acionistas do Banco, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resulta em uma participação de bônus de 5 ações preferenciais para cada Unit (SANB11), mediante aumento do Capital Social no montante de R\$171.799 em contrapartida a conta de Reservas; e (ii) grupamento da totalidade das ações ordinárias e ações na proporção de 1:55, sendo que cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais correspondem a 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, respectivamente. Como resultado, cada Unit (SANB11) passou a ser composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial. Esses eventos foram implementados em 2 de junho de 2014.

Oferta Pública de Permuta

Em 29 de abril de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que foi comunicado por seu acionista controlador indireto, Banco Santander Espanha, que este lançaria uma oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América para permuta de até a totalidade das ações do Banco que não fossem de titularidade do Banco Santander Espanha, as quais representavam cerca de 25% do capital do Banco, com a entrega de ações de emissão do Banco Santander Espanha em pagamento. Em decorrência da Operação, o Banco continuaria a ser uma companhia aberta listada na BM&FBovespa, mas sairia do Nível 2 de Governança Corporativa, passando a estar listado em seu segmento tradicional.

Em 9 de junho de 2014, foi realizada AGE, onde foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. ("Rothschild") para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico do Banco, para fins da Oferta de Permuta e da consequente Saída do Nível 2.

Em 13 de junho de 2014, o Banco anunciou ao mercado que o Laudo de Avaliação elaborado por Rothschild havia sido devidamente encaminhado, para a: (i) CVM; (ii) BM&FBovespa; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta havia sido protocolado na CVM, na mesma data.

Em 2 de outubro de 2014 o Conselho de Administração emitiu parecer sobre a Oferta de Permuta e o Banco arquivou na SEC a sua posição sobre referida transação por meio do Schedule 14D-9. Em 16 de outubro de 2014 o Santander Espanha e Banco informaram ao mercado que foi ajustada a relação de permuta da Oferta de Permuta, prevista no Edital da Oferta publicado em 18 de setembro de 2014. Em conformidade com o Edital da Oferta, a relação de permuta, e consequentemente a quantidade de BDRs a que daria direito cada Recibo de Subscrição, foi ajustada de 0,70 BDR para cada Unit e 0,35 BDR para cada Ação, seja ordinária ou preferencial, para 0,7152 BDR para cada Unit e 0,3576 BDR para cada Ação, seja ação ordinária ou ação preferencial, em função da remuneração declarada pelo Santander Espanha em 16 de outubro de 2014, no âmbito do programa Santander Dividendo Elección, com data-base de apuração de posição acionária para pagamento (record date) em 17 de outubro de 2014.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Em 31 de outubro de 2014, o Banco em conjunto com o Santander Espanha anunciou ao mercado o Resultado da Oferta de Permuta. Santander Espanha adquiriu 1.640.644 Ações e 517.827.702 Units, representativos, em conjunto, de 13,65% do capital social do Banco, de modo que a participação do Grupo Santander no Banco passou a ser de 88,30% de seu capital social total, 88,87% de suas ações ordinárias e 87,71% de suas ações preferenciais, considerando também os ADRs representativos de Units adquiridos na Oferta de Permuta nos EUA. Como consequência da Oferta de Permuta, as ações do Banco deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBovespa, passando a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

2.5) Índice de Basileia

As instituições financeiras são obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) é de 11% até 31 de dezembro de 2015. O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Nível I é de 6% e o de Capital Principal é de 4,5%.

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. Essas regras foram revogadas pela Resolução 4.192/2013 e Resolução 4.278/2013 que entraram em vigor em outubro de 2013. E ainda a Resoluções 4.193 e 4.281 de 2013, que estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	Set/15 ⁽¹⁾	Set/14	Dez/14
Índice de Basileia - consolidado	15,8	18,8	17,5

(1) Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução 4.280/2013; iniciando-se um novo período de comparação.

2.6) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2015 das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$Milhões)	Ativos totais	Patrimônio Líquido	Lucro líquido	Carteira de crédito ⁽¹⁾
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	70.075,9	5.369,9	415,0	2.178,2
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	30.539,1	1.771,9	525,0	25.909,5
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	4.439,8	3.469,1	31,3	1.810,3
Banco Bonsucesso S.A.	3.668,8	614,6	8,7	3.267,0
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	1.768,6	1.438,3	192,9	0,0
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A	1.028,4	446,7	63,1	0,5

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos descritos acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

3) Eventos

3.1) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (atual denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Em 19 de junho de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.). A Operação está inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha, fundos de investimento do Warburg Pincus LLC, empresa líder de private equity, e o fundo soberano de Singapura Temasek. De acordo com os termos da parceria, Banco Santander Espanha deterá 50% de uma sociedade holding que integrará os negócios de custódia das unidades do Grupo Santander localizadas na Espanha, no Brasil e no México. Os fundos do Warburg Pincus e Temasek deterão conjuntamente 50% da sociedade holding.

A operação de venda do negócio de custódia qualificada do Banco Santander pelo valor de R\$859 milhões, com a alienação da totalidade das ações da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., foi concluída em 31 de agosto de 2015 e o ganho foi de R\$751 milhões antes dos impostos, registrados na rubrica de resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda.

b) Acordo para a aquisição, pelo Santander Brasil (Brasil) S.A. e determinadas controladas (“Santander Brasil”), de parte das operações financeiras do Grupo PSA no Brasil e a consequente criação de uma *joint venture*

No dia 24 de julho de 2015, o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance (“Banque PSA”) e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinou documentos vinculativos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil. O principal veículo da cooperação financeira será o Banco PSA Finance Brasil S.A. que passará a ser detido na proporção de 50% pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A operação engloba ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Santander Brasil, de 100% da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A., cujo preço será equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias e concorrenciais pertinentes.

c) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (“Super”)

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento (“Acordo”) no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 2 de dezembro de 2014), Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super em R\$31 milhões, mediante a emissão de 20 milhões de novas ações ordinárias. O Conglomerado Santander possui o controle desta sociedade.

d) Incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (atual denominação social da Santander Getnet)

Em 7 de abril de 2014, o Banco Santander comunicou ao mercado a compra da empresa Getnet (“Transação”), por meio de sua controlada SGS, parceira do Banco Santander no desenvolvimento das atividades de aquisição e processamento de pagamentos via cartões de débito e crédito.

Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da SGS no valor de R\$1.174 milhões, passando dos atuais R\$16 milhões para R\$1.190 milhões, mediante a emissão de 53.565.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$1.156 milhões em moeda corrente nacional e R\$17 milhões mediante conferência a valor contábil, pelo Banco Santander das 5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ao capital social da SGS, elevando assim a participação do Banco Santander na Getnet S.A. de 50,0% para 88,5%.

Em 31 de julho de 2014, a SGS adquiriu a totalidade das ações de emissão da Getnet. O valor da aquisição correspondeu a R\$1.156 milhões (R\$1.089 milhões pagos e R\$67 milhões a pagar) sendo que o ativo intangível foi estimado em R\$1.064 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, com a conclusão do estudo da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*), o ativo intangível totalizou R\$1.039 milhões.

De acordo com o IFRS 3 - Combinação de Empresas, reflete os ajustes contábeis de compra determinados na data de aquisição, com base no acervo contábil em 31 de julho de 2014, que correspondeu a uma mais valia no ativo imobilizado no montante de R\$49 milhões. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$74 milhões.

A contabilização inicial do PPA foi feita, conforme resumo abaixo:

Resumo dos valores apurados:

Patrimônio Líquido 31-07-14	43
Mais valia ⁽¹⁾	74
Valor contábil ajustado	117
Preço de compra	1.156
Ágio	1.039

(1) Registrado na rubrica Ativo Tangível

Na AGE realizada em 31 de agosto de 2014, foi aprovada a incorporação da Getnet pela SGS, nos termos do “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Getnet pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Protocolo) de 29 de agosto de 2014 (Incorporação).

A implementação da Incorporação representa uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações de captura e processamento das atividades de meios de pagamento do Grupo Santander no Brasil, permitindo ainda a consolidação para todos os fins comerciais, contábeis e financeiros.

Pelo Protocolo, a Getnet S.A. recebeu pelo valor contábil a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Getnet no valor total de R\$43 milhões, a qual foi extinta e sucedida pela Getnet S.A. em todos os seus direitos e obrigações. Tendo em vista que a totalidade das ações de emissão da Getnet era de propriedade da Getnet S.A., não houve aumento do capital social da Getnet S.A. em decorrência da aprovação da Incorporação, de modo que o acervo líquido da Getnet foi registrado na Getnet S.A. em contrapartida da conta de investimentos.

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios minoritários da Getnet S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Conforme estabelecido no IAS 32, mensurado ao valor justo, foi reconhecido um passivo financeiro pelo compromisso assumido, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$950 milhões.

Ainda no dia 31 de agosto de 2014, os acionistas da SGS aprovaram a alteração da denominação social da companhia para Getnet S.A.

e) Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Banco Bonsucesso Consignado).

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Bacen, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Banco Bonsucesso Consignado, com 60% do capital social total e votante, através de um aporte de R\$460 milhões. O Banco Bonsucesso permaneceu com a parcela remanescente do capital social (40%).

A alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA) demonstrada abaixo foi feita em bases estimadas e poderá ser atualizada dentro do período de mensuração (12 meses após a conclusão da operação).

Resumo dos valores apurados:

Aumento de capital pela Aymore CFI	460
(+) Participação não controladoras ⁽¹⁾	240
(-) Ativos líquidos a valor justo ⁽²⁾	-600
Ágio	100

(1) Participações não-Controladoras foram inicialmente mensuradas em R\$240 milhões (valor proporcional dos ativos líquidos identificáveis reconhecidos da investida).

(2) Inclui o aporte de capital no valor de R\$ 460 milhões feito pela Aymore CFI.

Balanço Patrimonial Resumido em 31 de Janeiro de 2015

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	121
Empréstimos e Recebíveis	508
Outros Ativos	374
Total do Ativo	1.003
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	466
Outras Obrigações	397
Patrimônio Líquido	140
Total do Passivo	1.003

O Banco Bonsucesso Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas controladas para a oferta de crédito consignado no Brasil, devendo consolidar as carteiras de crédito consignado existentes no Banco Santander e no Banco Bonsucesso, nos termos da associação. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

No contexto da operação, foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Banco Bonsucesso de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto as ações detidas pelo Banco Bonsucesso, equivalentes a 40% do capital total desta empresa. Conforme estabelecido no IAS 32, foi reconhecido um passivo financeiro por valor total de R\$307 milhões pelo compromisso assumido em relação a opção de venda, tendo como contrapartida conta específica do Patrimônio Líquido, no montante de R\$67 milhões e Participações não-Controladoras, no montante de R\$240 milhões.

f) Investimento na iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (iZettle Brasil)

Em 18 de julho de 2014, o Banco adquiriu uma participação de 50% no capital social da iZettle Brasil, mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R\$17 milhões.

Em 31 de julho de 2014, o Banco contribuiu a totalidade de sua participação na Izettle Brasil ao capital social da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

A iZettle Brasil atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander Espanha e a iZettle Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México.

g) Novo Acordo de Acionistas da TecBan

No dia 17 de julho de 2014, os principais bancos de varejo do país, dentre eles o Banco Santander, por meio de uma de suas subsidiárias, assinaram um novo Acordo de Acionistas da TecBan ("Novo Acordo de Acionistas"). O Novo Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, os Acionistas deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento ("TAA") pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan, gerando aumento de eficiência, bem como, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes.

Em novembro de 2014, a Santander Serviços alienou 1,16% da sua participação nesta sociedade.

h) Outros Movimentos Societários.

Também foram realizados os seguintes eventos societários:

- Em 30 abril de 2015 foi formalizada a incorporação e conseqüente extinção da sociedade Go Pay pela Getnet S.A.
- Em 30 abril de 2015 foi formalizada a incorporação e conseqüente extinção das sociedades KM Locanet Ltda. - ME (Compreauto) e Ideia Produções pela Webmotors S.A.
- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações S.A. alienou a totalidade de sua participação nas Sociedades de Propósito Específico Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., Gestamp Eólica Paraíso S.A., Gestamp Eólica Lanchinha S.A., Gestamp Eólica Seridó S.A. e Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A. para a ICG do Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$120 milhões.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações S.A. alienou a totalidade de sua participação na Santos Energia Participações S.A. para a Inversiones Capital Global, S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$127 milhões.
- Em 10 de dezembro de 2014 foi concluída a aquisição, pela Webmotors S.A., de 100% do capital social da Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda.
- Em 7 de março de 2014 foi concluída a aquisição, pela sociedade Webmotors S.A., de 100% do capital social da KM Locanet Ltda – ME (Compreauto).
- Em 28 de fevereiro de 2014, o Banco Santander exerceu uma opção de compra para adquirir 97.669 ações ordinárias de emissão da BW Guirapá I S.A., alcançando a totalidade de 252.311 ações representativas do seu capital social.
- Alienação em 22 de novembro de 2013 pelo Banco Santander, de 100% das ações da MS Participações Societárias S.A. pelo valor de R\$47,2 milhões para Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., seguida pela alienação em 28 de dezembro de 2013 pela Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., desta participação para Elincasiol, S.L.

4) Estratégia

O Banco Santander é um banco universal com foco no varejo. O Banco tem certeza que o único caminho para crescer de forma recorrente e sustentável é prestando serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. Para isso, a prioridade é ser um banco simples, pessoal e justo. A estratégia do Banco é definida em um cenário de longo prazo, com foco na execução eficiente das seguintes prioridades:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, modernos e eficientes que, através de uma plataforma multicanal, buscam maximizar a satisfação dos clientes;
- Melhorar a recorrência e a sustentabilidade crescendo nos negócios com maior diversificação de receita, considerando um equilíbrio entre crédito, captações e serviços. Ao mesmo tempo, mantendo uma gestão eficiente das despesas e um controle rigoroso dos riscos;
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento;
- Aumentar a produtividade através de uma intensa agenda de transformação produtiva que permita oferecer um portfólio completo de serviços.

A estratégia prioriza o crescimento seletivo, a relação próxima e duradoura com os acionistas, e o alinhamento com a agenda de desenvolvimento econômico e social do país. Esta última é desenvolvida com base em um modelo sustentável de expansão do crédito, forte apoio à iniciativa privada e à educação.

O Banco está executando uma agenda de transformação comercial focada na satisfação dos clientes, que inclui a modernização, a melhora da oferta e a simplificação de serviços, produtos e processos. Esta agenda tem como base a oferta múltipla de canais de serviços em conjunto com uma oferta segmentada.

No terceiro trimestre de 2015, o Banco destaca os seguintes avanços:

- Relançamento do segmento Van Gogh alinhando-o a um perfil de pessoas mais conectadas. O Banco entregou uma oferta competitiva aos clientes com produtos, serviços e benefícios, além de maior orientação financeira.
- Campanha para digitalizar os clientes, “Vale a Pena Ser Digital”. Com a campanha o Banco conseguiu aumentar o cadastramento e o uso dos canais digitais tanto “Minha Conta”(Mobile) como Internet Banking.
- O Banco segue avançando nos processos de transformação iniciados previamente, como melhoras em ferramentas e incentivos comerciais, processos de abertura de contas, canais digitais mais simples e acessíveis, fortalecimento da atividade de Adquirência, impulso aos negócios de folha de pagamento, consolidação da oferta financeira e não financeira do segmento “Santander Negócios e Empresas”, entre outros.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	BBB+ (negativa)	F2	BBB (negativa)	F2	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (perspectiva)	BB+ (negativa)	B	BB+ (negativa)	B	brAA+ (negativa)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Baa2 (estável)	Prime-2	Baa3 (estável)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas Agências de Rating.

6) Governança Corporativa

Em 28 de julho de 2015, o Conselho de Administração: (a) Conheceu as atividades do Comitê de Auditoria do Banco, de suas interações com as áreas internas e com os auditores internos e independentes do Banco e seus principais pontos de atenção decorrentes das reuniões realizadas e constantes no Relatório do Comitê de Auditoria referente às Demonstrações Financeiras do período encerrado em 30 de junho de 2015; e (b) Conheceu a exoneração do Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco, Sr. Ignacio Dominguez-Adame Bozzano.

Em 29 de julho de 2015, o Conselho de Administração: (a) Aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2015, pelo critério BRGAAP e pelo critério IFRS (*International Financial Reporting Standards*), bem como os documentos que as compõem; o parecer dos auditores independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria; e (b) Aprovou o Estudo Técnico de Realização dos Créditos Tributários relativo ao semestre encerrado em 30 de junho de 2015.

Em 26 de agosto de 2015, o Conselho de Administração: (a) Aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, referente à data-base de 30 de junho de 2015, em atendimento à Resolução CMN 4.280 de 31 de outubro de 2013, bem como à Circular Bacen 3.701 de 13 de março de 2014, e Carta Circular Bacen 3.651 de 25 de abril de 2014, bem como a amortização do ágio; (b) Conheceu os resultados econômico-financeiros do mês de julho de 2015, bem como os resultados do segundo trimestre frente à concorrência; (c) Aprovou o Relatório da Ouvidoria referente ao primeiro semestre de 2015 e as medidas corretivas recomendadas em decorrência das reclamações recebidas, para fins de atendimento ao disposto no artigo segundo, incisos V e VI da Resolução CMN 3.849 de 25 de março de 2010; e (d) Aprovou as alterações no Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

Em 31 de agosto de 2015, o Conselho de Administração: (a) Conheceu a exoneração nesta data, do Sr. Fernando Díaz Roldán do cargo de Diretor Executivo do Banco; (b) Aprovou os principais termos e condições da operação de transferência e celebração de parceria estratégica relativa às operações de custódia qualificada e controladoria (“Operação de Custódia Qualificada e Controladoria” ou “Operação”), mediante: (i) a venda pelo Santander da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“SSS DTVM”); (ii) a transferência para a SSS DTVM de ativos, passivos e contratos do Santander relativos ao negócio de custódia qualificada e controladoria então desenvolvido pelo Santander; e (iii) a celebração de um ou mais acordos comerciais com a SSS DTVM e outros documentos relacionados; e (c) Aprovou os demais assuntos relacionados ao item (a).

Em 9 de setembro de 2015, o Conselho de Administração: (a) Aprovou a declaração e o pagamento, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 30 de abril de 2016, nos termos do artigo 37, III e §1º do Estatuto Social da Companhia, de Dividendos Intermediários da Companhia, com base no balanço de junho de 2015, no montante de R\$3.050 milhões; (b) Aprovou a substituição da instituição depositária dos American Depositary Receipts (“ADRs”) da Companhia, dando continuidade à matéria deliberada pelo Conselho de Administração em 03 de julho de 2015; e (c) Aprovou autorização para a Diretoria da Companhia adotar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários para formalização da matéria deliberada no item “(b)” acima.

Em 09 de setembro de 2015, o Banco comunicou ao mercado que, no curso normal de seus negócios e conforme o plano de sucessão estruturado para a administração, a partir de 1 de janeiro de 2016, o Sr. Sergio Rial, atual presidente do Conselho de Administração deixará o cargo e assumirá a posição de Diretor Presidente do Santander, em substituição ao Sr. Jesús Zabalza que, na qualidade de Vice Presidente do Conselho, ficará à frente do órgão.

7) Gestão de Riscos

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme prudente padrão de gestão de riscos e sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local.

Suas principais atribuições são:

- Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;

- Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura organizacional da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas comerciais, é composta por núcleos responsáveis pelo gerenciamento do risco de crédito, risco de mercado e riscos não financeiros.

Uma diretoria específica tem como missão consolidar os portfólios e respectivos riscos, subsidiando a direção com a visão integrada. Além dessa atribuição, também é responsável pelo atendimento aos reguladores, auditores externos e internos assim como à matriz do Grupo Santander na Espanha.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, entre outros.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valor no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. O Banco Santander utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

Projeções de capital regulatório e econômico são baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações Consolidadas do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo departamento de pesquisa econômica. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

7.3) Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (standardizados).

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, entre outras. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, alinhadas aos objetivos locais quanto ao nível de tolerância e predisposição ao risco.

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da relação risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value at Risk* (VaR) (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança e Geologia e. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento de risco socioambiental em fornecedores é realizado ao longo do processo de compras e está fundamentado nos 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas que considera itens como: direitos humanos, condições de trabalho, questões socioambientais e éticas. Para participar de um processo de concorrência, a empresa deve manifestar que respeita estes princípios. Durante a homologação é realizada uma avaliação técnica que inclui critérios sociais e ambientais. Além desta etapa, os fornecedores classificados na categoria de alto impacto, passam por uma avaliação mais detalhada sobre os aspectos operacionais, administrativos financeiros, fiscais, legais, de governança, sociais e ambientais. Esta etapa inclui uma visita para verificar as evidências e respostas fornecidas durante a avaliação.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

A área corporativa local, denominada Riscos Não Financeiros, é responsável por implementar o modelo de gestão de Riscos Operacionais e de Controles Internos do Banco Santander. Está subordinada à Vice-Presidência Executiva de Riscos e conta com pessoas, estrutura, normas, metodologias e ferramentas para assegurar a adequação do Modelo de Controle e Gestão.

Atua na prevenção aos riscos operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atendendo às determinações dos Órgãos Reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley e as resoluções do Conselho Monetário Nacional. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Internal Control – Integrated Framework 2013*.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando a responsabilidade pela melhoria contínua da cultura e estrutura da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, visando assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2014, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, foi concluída em 30 de março de 2015 e não identificou qualquer deficiência significativa ou fraqueza material. Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios Anual e Social, disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos a ser realizado pela Auditoria Interna ao longo de 2015, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2015.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo dos nove meses decorridos de 2015, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2015, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander no melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os profissionais.

Os profissionais são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com profissionais engajados, motivados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios conosco e à marca Santander.

O Banco tem uma equipe talentosa e engajada, sendo mais de 50 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca profissionais que gostam de desafios e querem ir cada vez mais longe. Através dos diversos diferenciais de se trabalhar na Organização, oferece apoio e as condições necessárias para que cada um faça seu trabalho cada vez melhor.

- **Um ambiente que incentiva cada um a fazer o melhor pelo cliente:** o Banco Santander incentiva um ambiente dinâmico, desafiador e estimulante, focado em sempre atender às necessidades dos clientes.
- **Um ambiente que valoriza as novas ideias:** a cultura do Banco reforça o valor das novas ideias, por isso se interessa em ouvir as contribuições dos profissionais e estimula-se o pensamento criativo e inovador para, juntos, termos as melhores e mais eficientes soluções.
- **Um ambiente onde todos fazem a diferença:** o Banco reconhece as contribuições e as diferenças individuais, mas, acima de tudo, valoriza o trabalho em equipe, porque tem certeza de que a atuação conjunta contribui para a satisfação dos clientes e para a conquista de melhores resultados.
- **Um ambiente de oportunidades e desenvolvimento:** o Banco reconhece o potencial dos profissionais, por isso oferece oportunidades, investimos no desenvolvimento e oferecemos o apoio necessário para o crescimento profissional e pessoal das Pessoas.

9) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de sustentabilidade do Banco Santander está baseada em três pilares alinhados à estratégia de negócios e à agenda de desenvolvimento do país: (i) inclusão social e financeira; (ii) educação; e (iii) negócios socioambientais. Entre os destaques do terceiro trimestre estão: I) o Programa Escola Brasil, que contou com 335 ações voluntárias realizadas por todo o Brasil, sendo 62 ações com foco em educação financeira para escolas públicas; II) Desde 2013, a Santander Financiamentos, por meio do CDC Eficiência Energética de Equipamentos, faz financiamentos de sistemas fotovoltaicos (conversão direta da energia solar em eletricidade) onde em 2015 foram firmadas 34 parcerias com fornecedores, gerando um volume de negócios de R\$ 4,6 milhões; III) Participação na 4ª edição da Enersolar, maior feira de energias renováveis da América Latina, com a presença dos principais *players* mundiais do setor, onde o Santander Financiamentos foi o único banco presente, apresentando modelos de financiamento para o mercado; IV) No Agro Sustentável o Banco Santander obteve 95% de crescimento da produção em relação ao último ano, 380 clientes e 30 funcionários treinados em relação ao CAR (Cadastro Ambiental Rural) e 168 adesões de clientes no acordo com a CooperCitrus; V) Destaque entre as instituições financeiras na dimensão Visão de Futuro, do Anuário Época Negócios 360°.

10) Auditoria Independente

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais, a qual prevê, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no período findo de 30 de setembro de 2015, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes serviços não relacionados à auditoria externa que tenham superado 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados não relacionado aos serviços de auditoria independente no período findo em 30 de setembro de 2015, foram:

Data da contratação	Descrição dos serviços prestados
29/05/2015	Asseguração da seleção de clientes elegíveis e respectiva distribuição de cupons para participação do sorteio " Vale a Pena ser Digital "
23/03/2015	Asseguração sobre a seleção de clientes elegíveis e respectiva distribuição de cupons conforme regulamento da promoção "Santander Copa América"
17/03/2015	Revisão das normas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)
13/02/2015	Revisão de procedimentos fiscais

Ademais, o Banco confirma que a Deloitte dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o período findo em 30 de setembro de 2015, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

**O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva**

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 27/10/2015).

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 30 de Setembro de 2015, as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade internacional emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de Setembro de 2015:**Diretor Presidente**

Jesús Maria Zabalza Lotina

Diretores Vice-Presidentes Executivos Sênior

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

João Guilherme de Andrade So Consiglio

Juan Sebastian Moreno Blanco

Manoel Marcos Madureira

Oscar Rodriguez Herrero

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos

Jose Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Nader Alfaya

Cassio Schmitt

Cassius Schymura

Ede Ilson Viani

Flávio Tavares Valadão

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Jamil Habibe Hannouche

Javier Rodriguez De Colmenares Y Alvarez

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Mara Regina Lima Alves Garcia

Marcelo Zerbinatti

Marcio Aurelio de Nobrega

Mário Adolfo Libert Westphalen

Mauro Cavalcanti de Albuquerque

Mauro Siequeroli

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Ramón Sanchez Díez

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto de Oliveira Campos Neto

Ronaldo Yassuyuki Morimoto

Sergio Antonio Borrielo

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) (Companhia) declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 30 de Setembro de 2015, as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de contabilidade internacional emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de Setembro de 2015:

Diretor Presidente

Jesús Maria Zabalza Lotina

Diretores Vice-Presidentes Executivos Sênior

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

João Guilherme de Andrade So Consiglio

Juan Sebastian Moreno Blanco

Manoel Marcos Madureira

Oscar Rodriguez Herrero

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos

Jose Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Nader Alfaya

Cassio Schmitt

Cassius Schymura

Ede Ilson Viani

Flávio Tavares Valadão

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Jamil Habibe Hannouche

Javier Rodriguez De Colmenares Y Alvarez

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Mara Regina Lima Alves Garcia

Marcelo Zerbinatti

Marcio Aurelio de Nobrega

Mário Adolfo Libert Westphalen

Mauro Cavalcanti de Albuquerque

Mauro Siequeroli

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Ramón Sanchez Díez

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto de Oliveira Campos Neto

Ronaldo Yassuyuki Morimoto

Sergio Antonio Borrielo

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

AV. Juscelino Kubitschek, 2235 – 10 andar

Tel.: (55 11) 3553-3300

Email: ri@santander.com.br